

6 de Novembro 2017  
Segunda-Feira  
Semanário - Ano 2  
Nº 84 / kz 400

Director-Geral  
Evaristo Mulaza



ALBINA ASSIS, SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR PETROLÍFERO

## “Uma agência reguladora não é urgente, mas necessária”

**ENTREVISTA.** A antiga directora-geral da Sonangol e ex-ministra dos Petróleos defende que uma agência reguladora do sector petrolífero vai garantir a captação de mais recursos para o Estado. Mas diz que a sua criação não é necessariamente urgente, porque Angola é um país em desenvolvimento. **Págs. 4 e 5**



Foto Mário Mujetes

CONDIÇÃO À CONTINUIDADE DOS INVESTIMENTOS

# Petrolíferas exigem parte dos lucros do Estado

**PRESSÃO AO GOVERNO.** Enquanto se aguarda pelas recomendações do grupo técnico criado por João Lourenço, o VALOR revela um dos pontos fundamentais em cima da mesa. Fonte ligada ao processo adianta que a proposta das petrolíferas resume-se essencialmente na redução da percentagem a que o Estado tem direito do petróleo destinado ao lucro. E apresentam a exigência como incentivo necessário ao investimento, face à queda do preço do ‘ouro negro’. **Págs. 6 e 7**

CORRIDA DE AUTOCARRO

## Tarifa pode subir para 150 kz

O Ministério das Finanças já tem na sua posse uma proposta dos Transportes no sentido da alteração da tarifa do autocarro em mais de 66%, passando dos actuais 90 para 150 kwanzas. A revelação vai ao encontro da expectativa das operadoras, para as quais o preço actual está longe de cobrir as despesas operacionais. **Pág. 11**



Foto Mário Mujetes

### 3 chefes em menos de 1 ano

Em menos de um ano, o BPC viu o seu comando alterado três vezes. Do ‘board’ de Cristina Van-Dúnem, entre Outubro de 2016 e Março de 2017, depois de substituir Paixão Júnior, o banco passou para Ricardo d’Abreu que ficou por sete meses. Agora é a vez de Alcides Safeca. **Pág. 16**

Moedas **AKZ** 166,7 Kz (+0) ▲ **EUR** 193,92 Kz (-0,108) ▼ **LIBRA** 220,04 KZ (+0,08) ▲ **YUAN** 25,15 kz (-0,11) ▼ **RAND** 11,82 KZ (-0,62) ▼

# Descarregue a App

Visite o website: [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)



# Editorial

## UM PLANO. COMO OS OUTROS?

Uma reportagem recente da televisão estatal angolana TPA radiografou o estado dos Transportes Colectivos e Urbanos de Luanda (TCUL). Na matéria, sobressaíram apelos reiterados do seu principal responsável sobre a necessidade de aumento da passagem, e depoimentos de trabalhadores que, tendo vários meses de salários, em nenhum momento se insurgiram contra a direcção da empresa, como tem sido habitual.

Dias depois, os Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL) alertaram para a subida, “a qualquer momento”, do custo do bilhete de passagem naquele curso, com o seu PCA, Celso Rosas, anunciando que a actualização se cifraria até 100% do valor actual.

Será quase inevitável ligar o momento em que se deram os dois eventos à divulgação do Plano Intercalar – Outubro 2017 a Março de 2018, à luz do qual o novo Governo perspectiva mudanças que deverão endurecer o panorama social dos angolanos.

Em causa, está um conjunto de medidas que os próprios economistas do Executivo classificaram de “necessárias e inadiáveis”, para além da possibilidade de serem “impopulares e, consequentemente, politicamente sensíveis”.

O referido plano, já publicado em Diário da República, inclui o “controlo e melhoria da eficiência da despesa pública”, “aumento da robustez das receitas tributá-

rias” e “consolidação e robustez da política monetária e cambial”, conformando medidas “essenciais, coerentes, necessárias e suficientes”.

O objectivo será assegurar a estabilidade macro-económica para “instaurar um clima de crescimento económico e geração de emprego”, mitigando os “problemas sociais mais prementes”.

As medidas previstas deverão, entretanto, evitar a concentração de impostos sobre os cidadãos mais desfavorecidos através de implementação de medidas complementares, uma preocupação atribuída, em particular, ao Presidente João Lourenço. O plano não prevê o aumento brusco de subsídios.

O mais recente plano económico governamental vem a público numa altura em que Luanda se prepara para receber de volta o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o tão propalada programa de assistência técnica, goradas que estão as expectativas – nunca dissimuladas – de que o aumento do preço do petróleo levasse Luanda a ver-se livre da presença nem sempre cómoda dos especialistas daquela organização.

Alias, a introdução, em Angola, do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), previsto no Plano Intercalar – Outubro 2017 a Março de 2018, partiu de uma sugestão da organização de Bretton Woods para aumentar a arrecadação de receitas públicas.

Aqui chegado, e reconhecendo a inevitabilidade de a nova equipa adoptar medidas urgen-

tes que permitam enfrentar a estagnação económica com eficácia, restará apelar para o cumprimento do que se pensa ser uma preocupação central do Presidente da República: a redução do impacto de tais medidas sobre os mais desfavorecidos. Que seja uma abordagem mais prática que teórica, pois os planos, programas e políticas do elenco anterior também previram contra-medidas a favor dos mais desprotegidos, mas tiveram como resultado tangível a perda do valor salarial do pacato trabalhador, a miséria crescente, o aumento da legião de comerciantes ambulantes pelas ruas do país.

Informações sobre a existência do plano João Lourenço-para-a-saída-da-crise começaram a circular numa altura em que a exoneração do governador do BNA atitou os receios de uma desvalorização do kwanza, medida que, tradicionalmente, complica as contas de milhões de famílias já em condições indignas. Até agora, o nível de preços nos mercados formais e informais parecem controlados, mas à aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2018, marcada, em princípio, para as próximas semanas, se seguirá a dita inevitável desvalorização.

O novo Executivo terá, nessa altura, a grande oportunidade de mostrar que o seu plano não se trata apenas de mais um plano, mas de um conjunto de medidas apontadas contra a crise que não acentua o fosso entre quem tem o suficiente para viver e quem quase nada garante para o sustento.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:**

Evaristo Mulaza

**Directora-Geral Adjunta:**

Geralda Embaló

**Editor Executivo:** António Nogueira

**Editor gráfico:** Pedro de Oliveira

**Redacção:** António Miguel, César Silveira, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

**Fotografia:** Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

**Secretária de redacção:** Rosa Ngola

**Paginação:** Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

**Revizores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

**Colaboradores:** Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

**Produção gráfica:** Notiforma SA

**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda

**Tiragem:** 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

**Assistente da Administração:** Mariquinha Rego

**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Arieth Lopes, Geovana Fernandes  
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

**Nº de Contribuinte:** 5401180721;

**Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

**E-mail:** administracao@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**Bruno Rodrigues,**

Director de marketing do BNI

**O BNI financiou, no princípio do ano, o Estado com oito mil milhões de kwanzas destinados a alavancar projectos públicos. Há outros financiamentos previstos?**

Sim! Temos o caso da barragem de Laúca, em que fomos líderes de um sindicato bancário de que muito nos orgulhamos. Nesse caso, tem que ver com a energia e, consequentemente, com a autonomia do país em produzir bem e cada vez melhor.

**Que balanço faz do ano 2017?**

Há, sobretudo, a perspectiva de que o estado da economia angolana já não é um estado de surpresa pelo que aconteceu nos últimos anos. Já há um nível de maturação relevante que tem ensinado muito que fazer em 2018. Este ano foi importante, nesse sentido.

**O BNI Portugal foi dos bancos que mais cresceu em terras lusas. Quais são as perspectivas para os próximos anos?**

O BNI Europa é um banco muito electrónico, daí já ter recebido vários prémios nesse sentido. É um exemplo que queremos retirar para o BNI Angola, em que a tecnologia permite estreitar a relação e estar mais próximo dos clientes.

TERÇA-FEIRA

A TAAG prevê que o serviço doméstico, que liga Luanda a 13 províncias, possa dar lucro a partir de 2020, necessitando, para tal, de adequar a frota a essas ligações. O anúncio foi feito pelo coordenador adjunto da comissão de gestão da operadora, após a saída da Emirates, que, em Julho último, terminou o contrato de gestão.

QUARTA-FEIRA

As cimenteiras nacionais devem apostar no carvão mineral para a produção do clínquer, por ser um combustível com custos seis vezes mais baixo em relação ao fuel, utilizado actualmente pelas fábricas de cimento angolanas, aconselhou o presidente da Associação Industrial Angolana, José Severino.

QUINTA-FEIRA

O dinheiro em circulação voltou às quebras em Setembro, para 434.321 milhões de kwanzas em notas e moedas, depois de, em Agosto, ter atingido o valor mais alto em seis meses, de acordo com o relatório sobre a base monetária ampla do Banco Nacional de Angola.



SEXTA-FEIRA

O Presidente da República, João Lourenço, conferiu posse, na passada sexta-feira, a responsáveis do Banco Nacional de Angola e a gestores das empresas públicas Endiama e Ferrangol, agora lideradas por José Manuel Ganga Júnior e João Diniz dos Santos, respectivamente.



SÁBADO

O novo Aeroporto Internacional de Luanda, em construção desde 2004 por empreiteiros chineses, só deverá iniciar a operação em 2019, num atraso de dois anos face à previsão anterior, justificado com dificuldades financeiras. A informação foi prestada pelo ministro Augusto Tomás.



DOMINGO

O presidente do conselho executivo do Banco de Fomento Angola, Jorge Ferreira, reafirmou o compromisso da instituição bancária em continuar a contribuir para aumentar a inclusão financeira no país, através da expansão dos seus serviços.



## SEGUNDA-FEIRA

O novo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, comprometeu-se a trabalhar para o reforço da estabilidade do sistema financeiro e melhorar a capacidade interna da instituição. A declaração foi feita durante a cerimónia da sua tomada de posse.



## COTAÇÕES



### EUROPA EM MÁXIMOS DE DOIS ANOS

As ações europeias terminaram a sessão da última sexta-feira, 3 de Novembro, em alta, mantendo-se próximas de máximos de dois anos. Com este desempenho, completaram duas semanas positivas, na sequência da apresentação de resultados de várias cotadas. O sector com o melhor desempenho foi o dos fabricantes automóveis. Pelo contrário, os bancos desceram depois da apresentação de contas do Société Générale, um dos maiores bancos de França.



### PETRÓLEO PELA QUARTA SEMANA A FACTURAR

Os preços do petróleo seguem a negociar em alta em ambos os mercados de referência, segundo os últimos dados apresentados no fim de sessão da última sexta-feira. Em Nova Iorque, o West Texas Intermediate (WTI) soma 0,90% para os 55,03 dólares por barril, aproximando-se de máximos de 28 meses, enquanto o Brent do Mar do Norte, em Londres, valoriza 1,11% para os 61,28 dólares. O petróleo está, assim, a caminho da quarta semana de ganhos, devido à expectativa de um prolongar dos cortes de produção.

# Entrevista



ALBINA ASSIS, ANTIGA MINISTRA DOS PETRÓLEOS

## “Uma agência reguladora não é urgente, mas necessária”

Antiga ministra dos Petróleos considera que a criação de uma agência reguladora do sector petrolífero iria permitir ao Estado a captação de maiores receitas, realçando, por isso, tratar-se de uma medida necessária, da qual o país não tem escapatória. Em entrevista ao VE, a também antiga PCA da Sonangol defende ainda uma maior capacitação do empresariado nacional.

Por António Nogueira

**O seu livro sobre a gestão sustentável dos hidrocarbonetos, que agora acaba de reeditar, tem também em**

**conta o cenário de crise que a indústria do petróleo regista actualmente?**

Parece-me que, nessa altura, não havia o cenário de crise, mas previa

que, como o petróleo é um recurso esgotável, era necessário acautelar o seu provável desaparecimento ou redução. E nesse caso, a solução, que a própria teoria nos informa, é que, quando estamos a explorar um recurso não renovável, devemos explorá-lo e aplicá-lo em recursos renováveis concretamente, como na agro-indústria, na indústria manufactureira e nos bens e serviços. São outras opções que nos permitem rentabilizar, aumentar rendimentos à custa de um recurso que já não vamos voltar a obter.

**Acha que o Governo tem gerido o petróleo de acordo com os conselhos**

**que apresenta na sua obra?**

Acho que sim! Porque, feliz ou infelizmente, há uma frase de Albert Einstein que diz que ‘a crise, às vezes, é um bem que nos permite partir para as melhores soluções’. E em relação a nós, aqui em Angola, essa crise permitiu-nos, de facto, partir para uma solução maior. Conseguimos mais ou menos equilibrar, talvez mais do que alguns países que também tiveram a crise do petróleo. E com a política da diversificação económica, vamos poder ir equilibrando e até melhorar porque, efectivamente, nós fomos sempre um país agrícola. Podemos fazer exportações agríco-

las. Podemos fazer exportações de produtos de pesca. Costumo dizer que um quilo de gambas exportado custa mais do que um barril de petróleo. Portanto, é tudo isso. A própria Noruega, quando falava na crise do petróleo, dizia que têm a crise do petróleo, mas não a do bacalhau, ou do salmão que eram das suas principais exportações. E tenho já isso no meu livro. Mas, naquela altura, previa já num contexto diferente, por se tratar de um recurso esgotável. E se é assim, significa que temos de estar prevenidos para que, quando começar a desaparecer, haja uma contrapartida. Mas isso tem de começar já.

Não deve começar amanhã.

**Mas acha que as suas sugestões foram, de alguma forma, acatadas pelas autoridades angolanas?**

Não sei! O livro foi entregue e até superiormente. Nesse livro, já falo do Fundo do petróleo. Não sei se o Fundo Soberano foi criado antes ou depois, mas nós criámos o Fundo Soberano. Portanto, todas essas coisas são previsíveis porque, se tivermos em mente que estamos a trabalhar, além de ser um recurso não renovável, o seu preço não está nas nossas mãos. Antes pelo contrário! E digo isso no meu livro. E, na altura em que

“Quando fui ministra tive alguns pequenos dissabores porque defendia que não se podia queimar gás, mas depois de sair do Governo tive a felicidade de ver que afinal não estava errada.”

comecei a fazer o livro, nós não éramos membros da OPEP, depois entramos. Mas a própria OPEP também não tem a força suficiente para poder controlar o preço. A única coisa que pode fazer é chamar os seus membros e dizer vamos reduzir a produção para equilibrar o mercado, em termos de oferta e procura. É a única coisa que a OPEP pode fazer. Como vê, a situação não é simples.

#### É urgente Angola ter já uma agência reguladora, tirando esse papel à Sonangol?

Prefiro não falar sobre isso. Leiam o meu livro, está lá tudo. Mas, enfim, não é que seja urgente, mas é necessário. Não se pode dizer urgente, porque somos um país em vias de desenvolvimento e, às vezes, há situações que não podem ser postas como ocorre nos países em desenvolvimento. Mas é uma situação necessária, porque isso até permite aumentar as receitas para o Estado, porque separa a actividade petrolífera propriamente dita (produção e exploração) da actividade da concessionária, que é de controlo dos operadores. Não há dúvidas de que, mais cedo ou mais tarde, o nosso país vai enveredar para esse caminho, que é o que se segue mais ou menos em quase todos os países produtores de petróleo.

#### Proferiu recentemente uma conferência sobre o conteúdo local na indústria petrolífera. Como avalia o processo de angolanização neste sector?

Nós começámos com a angolanização com um decreto 20/82. Esse decreto, ao que me parece, já foi revogado, já tem outro nome, outra incidência. Mas a angolanização dos quadros nacionais no sector petrolífero foi sempre uma preocupação. No tempo em que lá estive (como ministra dos Petróleos), muito se tentou fazer a nível da angolanização, nomeadamente a nível da formação de quadros, porque o número de quadros era muito reduzido e teve de se trabalhar nisso. Isso teve de ser feito. Não quer dizer que hoje não esteja a ser feito, mas nós já estamos a partir para uma situação mais avançada. Antigamente era só formar quadros para depois irem trabalhar. Hoje temos empresários. O que temos de fazer é criar legislação para que esses empresários possam ser parte dos projectos no sector petrolífero. Daí o conteúdo angolano... Ou seja, os empresários angolanos vão participar dos projectos, vão

ser pagos e o país vai beneficiar com isso com uma percentagem sobre os investimentos no sector.

#### No seu livro, dá também sugestões de como o desempenho do empresariado nacional pode tornar-se sustentável na indústria petrolífera?

Sobre este tema, não trago nada de novo no meu livro. Venho apenas reforçar um conceito para que essa gestão seja eficaz, porque efectivamente nós temos de formalizar o conteúdo local. Isso significa dar alguma força às empresas para que elas possam, com os seus meios ou com o apoio de projectos com sistema de financiamento, participar em todos os processos do desenvolvimento da indústria. Isso é o que acontece, por exemplo, em países como a Noruega. Nós estamos ainda um bocadinho longe de atingir esse patamar porque, por exemplo, não temos indústria de produção de equipamentos. Temos qualquer coisa ali no Lobito para ajudar a fazer ‘pipelines’, o que já é alguma ajuda, mas não é muito.

#### Como se pode capacitar essas empresas de forma a serem autosuficientes?

Podemos capacitar as empresas dando uma quota de participação.

#### Mas há já alguma legislação que diz que os operadores devem contratar o conteúdo local, não?

Há essa lei? Está feita? O que vi escrito é que se está a recolher informação para a elaboração da lei. A lei ainda não existe. E não tem de ser 30%. Temos de ver a nossa realidade e temos de ver que nem todas as empresas nacionais têm capacidade financeira para participar em determinados projectos. Temos de ver que há umas que só vão participar em serviços, há outras que vão participar em projectos de acordo com as capacidades dos seus empreendedores. Por isso é que o conteúdo local é importante. Deve existir e estar legislado para que as empresas possam criar oportunidades, para que os nacionais possam participar dos projectos. Agora, os nacionais também têm de criar condições nomeadamente financeiras, porque o empreendedorismo não é cruz vermelha, é dinheiro, é participação financeira e as empresas nacionais têm de ter essa capacidade para que possam ser chamadas.

Quero fazer uma referência interessante que há no meu trabalho em que falo da Noruega. A Noruega é quase

“Temos de formalizar o conteúdo local. Isso significa dar alguma força as empresas para que elas possam, com os seus meios ou com o apoio de projectos com sistema de financiamento, participar em todos os processos do desenvolvimento da indústria petrolífera”.

sempre um país pioneiro em quase todos estes conceitos. Ela dá incentivos às empresas que têm maior participação do conteúdo local. Por exemplo, suponhamos que uma empresa quer participar num concurso para um bloco... Se essa empresa, no passado, contribuiu muito para o conteúdo local, essa empresa vai ter alguma prioridade até no nível de percentagem de participação nessa licitação. São essas pequenas coisas que deverão ser feitas no sentido de poder alavancar o empresariado nacional.

#### Actualmente, acha que existirão empresários angolanos com preparação para actuar como operadores nessa indústria?

Provavelmente há quem esteja. Não acredito que, ao longo desses anos, não haja empresários nacionais capazes de dar essa resposta. Acho que sim! Agora, temos de ter legislação sobre

conteúdo local. Há países que já têm, como o Brasil, a Noruega. Moçambique, por exemplo, já tem uma proposta de lei sobre o conteúdo local, embora seja um país recente em termos de indústria de petróleo e gás. Mas em Angola não vi nada disso.

#### Acha que a questão da sustentabilidade entre a produção petrolífera e a protecção do ecossistema em Angola tem estado a funcionar conforme ditam as regras internacionais?

Há alguns anos, fiz um trabalho onde faço referência a isso. Nós temos leis do ambiente aplicadas ao sector petrolífero. Naturalmente que temos de ter fiscalização. Quem deve efectuar essa fiscalização, no meu ponto de vista, será o Ministério dos Petróleos, embora o Ministério do Ambiente também tenha a sua quota-parte. Porque, efectivamente, a exploração petrolífera, no quadro da promoção do desenvolvimento sustentável, deve obedecer a regras e mesmo a exploração também não deve ser desmedida. Não se lembra que, durante muitos anos, se queimava gás? Quando fui ministra, tive alguns pequenos dissabores porque defendia que não se podia queimar gás. E, depois de sair do Governo, tive a felicidade de ver que, afinal, não estava errada. Deixou-se de queimar gás. Começou-se a fazer reinjecção do gás para melhorar a pressão dos poços de petróleo e criou-se esse projecto, que considero sustentável, que é o Angola LNG. Isso significa alguma rentabilidade para o país, porque queimar não é só poluir, mas é também perder dinheiro. Como química que sou, sempre disse que queimar gás é queimar petróleo, é queimar dinheiro. Nós, neste momento, já estamos na via razoável. Temos o Angola LNG que até já está a exportar o seu produto, permitindo a entrada de divisas. Esse projecto resultou exactamente de um trabalho de melhoria das condições ambientais.

#### A indústria petroquímica é uma solução?

A indústria petroquímica pode ser uma solução. Mas, atenção! Também é uma indústria um bocado poluente, mas é uma solução porque nos ajuda a utilizar mais gás. Significa que, quanto mais gás tivermos disponível (não sei se agora temos tanto) mais poderemos utilizá-lo nessas indústrias, que chamo, a jusante, a indústria petrolífera.

## PERFIL

**Albina Faria de Assis Pereira Africano** é formada em Engenharia Química, pela Universidade Agostinho Neto. Entre outras formações, fez tecnologia de refinação de petróleos na Bélgica em 1984. Desempenhou cargos governativos, como ministra dos Petróleos (1992-1999); ministra da Indústria (1999-2000), assim como directora do Laboratório Nacional de Análises Químicas. Nos últimos anos, tem desempenhado a função de comissária de Angola em feiras internacionais.



# Economia/Política



© VE

OPERADORES APROVEITAM CONJUNTURA FAVORÁVEL PARA NEGOCIAR

## Petrolíferas querem parte dos lucros do Estado

**CONTRATOS.** À luz dos acordos, em alguns campos, o Estado tem direito, actualmente, a 80% da produção destinada aos lucros das partes intervenientes e as companhias querem inverter o quadro.

Por César Silveira

Uma das discussões sobre a mesa de trabalho do grupo criado pelo Presidente da República, João Lourenço, para apresentar um plano de melhoria do sector petrolífero tem que ver com a pressão das

companhias no sentido de reverter parte dos lucros do Estado para os grupos empreiteiros.

Segundo apurou o VALOR, a proposta das petrolíferas, grosso modo, resume-se na redução da percentagem a que o Estado tem direito do petróleo destinado o lucro das partes nas produções em curso, revertendo a referida quota-parte para as mesmas. Apresentam como argumento a necessidade de mais incentivo para continuarem a investir face à queda do preço do petróleo.

Em causa, está o facto de grande parte das produções encontrar-se

numa fase em que o Estado, por força dos acordos, está a ter mais receitas dos que os grupos empreiteiros.

À luz do contrato, o petróleo destinado à recuperação dos lucros (50% da produção total de um campo) é repartido entre o Estado (através da concessionária) e os grupos empreiteiros. A percentagem a que cada uma das partes tem direito varia com a taxa interna de rentabilidade do projecto e a partilha começa por ser feita a favor do grupo empreiteiro.

Quando a taxa de rentabilidade é inferior a 10%, o grupo empreiteiro fica com 80% da produção e o Estado com os restantes 20%. Vai alterando e, a determinada altura, o Estado passa a ficar com 80% e os grupos empreiteiros 20%. No global, este figurino acontece quando a taxa de rentabilidade do projecto oscila entre 70% e 100% e é nesta fase em que se encontra grande parte dos projectos.

O VALOR sabe, por exemplo, que, no campo Girassol do Bloco 17, a produção é de cerca de 150 mil b/d e o Estado fica com a maior parte,

### MEMORIZE

- A DIVISÃO das percentagens varia com base a taxa de rentabilidade interna e começa por beneficiar os grupos empreiteiros.



cerca de 80%. A cenário semelhante assiste-se no Bloco 15 nos campos Kizomba A e B.

“É este cenário que as empresas querem alterar, mas este é uma realidade contratual, é definido no início. O Estado deve ficar atento porque uma alteração no decurso

destes contratos pode criar muitos transtornos. Em função dos contratos, o Estado tem perspectivas da produção a que tem direito ao longo dos anos. Uma alteração pode criar transtornos financeiros, mas é normal que as empresas defendam esta posição, cabe, entretanto, ao Estado defender-se”, defendeu fonte próxima das negociações.

A mesma fonte considera “importante lembrar” que as companhias têm metade da produção petrolífera destinada recuperação do investimento. “Além do valor do investimento, têm mais 50% que é um incentivo pelo investimento. E todos esses cenários devem ser considerados no momento de avaliar essas possibilidades”, alerta.

A corrente que defende o respeito do contrato em curso considera, entretanto, ser possível avaliar-se nova repartição dos lucros, mas apenas para aqueles casos em que o grupo empreiteiro consiga uma produção acima do perfil previsto. “Imaginemos que está prevista a pro-



**A POPULAÇÃO** da província da Lunda-Sul defendeu, em Saurimo, a necessidade de se intensificarem as campanhas de educação financeira nas comunidades, de forma a incentivar-se o hábito e a cultura de poupança nas famílias.



**OS CAMPONESES** da Associação Belo Horizonte, no município do Golungo Alto, Kwanza-Norte, perspectivam colher mais de 10 toneladas de produtos agrícolas diversos, na presente campanha agrícola.

dução de 100 mil barris por dia num determinado período. Se conseguirem produzir 120 mil, seria possível aplicar o novo acordo, mas apenas para o excedente dos 20 mil”, explicou a fonte que vimos citando.

Por sua vez, o especialista em questões energéticas José Oliveira defende que “a posição do Governo perante as pressões das companhias de petróleo para melhorar as condições financeiras dos contratos em vigor deve ser a de analisar os rendimentos reais das áreas em produção e introduzir, caso a caso, condições de excepção, quando as receitas líquidas das companhias estejam abaixo dos mínimos aceites contratualmente”. Esta prática, como esclarece Oliveira, já existe no país e foi aplicada nalguns PSA, o último dos quais o do Bloco 32. “Mas admito que haja algumas áreas de novas produções que necessitem de melhoria de condições contratuais por estarem ou no vermelho ,ou abaixo dos mínimos de rentabilidade”, considera.

Por outro lado, o também investigador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica considera que o momento da negociação “é desfavorável” para o Executivo, devido ao desequilíbrio do mercado petrolífero que, no seu entender, dá vantagem às companhias. “Em tempos de desequilíbrio do mercado petrolífero mundial, como o actual, não se renegoceiam contratos petrolíferos, porque os países produtores estão em situação de fraqueza perante as companhias. Além disso, o nosso PSA (contrato de partilha de produção) devido, entre outros, à taxa de rentabilidade interna, altera automaticamente os parâmetros económico-financeiros de acordo com as oscilações do preço do petróleo, reduzindo as receitas líquidas no país, como vem acontecendo desde Julho de 2014”, alerta Oliveira, insistindo que “o que o país deve ter em atenção é melhorar as condições económico-financeiras dos novos projectos, sempre que estes não sejam rentáveis, à luz dos parâmetros dos contratos em vigor, o que parece evidente, em muitos casos de campos descobertos em águas profundas, nomeadamente os ditos marginais, mas não só”.

Por sua vez, o empresário do sector petrolífero Pedro Godinho defende “flexibilidade” nas negociações como forma de encontrar “o ponto de equilíbrio que se procura”.

## Detalhes inviabilizam lei das descobertas marginais

O VALOR apurou que a revisão do Decreto Legislativo Presidencial 2/16 sobre o princípio de tolerância e flexibilidade contratual que visa, essencialmente, a promoção do desenvolvimento dos campos marginais, anunciado no Plano Intercalar, se deve ao facto de o documento em vigor se ter tornado inviável na sequência das correcções que sofreu depois de sair da Sonangol.

As referidas alterações têm que ver, essencialmente, com os intervalos na definição dos prazos e/ou na produção que estavam contemplados no documento original, mas que

foram retirados. “São pequenas alterações que parecem detalhes, mas que fazem toda a diferença, porque dizer, por exemplo, recursos recuperáveis de 30 milhões de barris é totalmente diferente de dizer recursos recuperáveis de 20 a 30 milhões de barris”, explicou fonte ligada ao processo.

Diversos especialistas acreditam que, depois da revisão, estarão as condições criadas para o desenvolvimento dos campos marginais, cujas reservas se estimam em cerca de quatro mil milhões de barris, ou seja 40% das reservas totais do país, estimadas em cerca de 10 mil milhões de barris. “Uma melhoria destas

condições contratuais pode tornar estes campos viáveis e Angola precisa destes recursos e é avisado, é inteligente que se faça um estudo que permita encontrar um ponto de equilíbrio”, defendeu Pedro Godinho

Entre os indicadores previstos por lei para que um campo seja marginal, destacam-se a reserva petrolífera inferior a 300 milhões de barris, o rendimento para o Estado inferior a 10,5 dólares por barril e o rendimento para as associadas da concessionária nacional inferior a 21 dólares por barril e ainda a taxa interna de rentabilidade substancialmente inferior a 10%.



150

Mil barris dia é a capacidade de produção petrolífera no campo Girassol, no Bloco 17.

80%

Proporção da taxa de produção atribuída a um grupo empreiteiro no início da exploração de um campo petrolífero.

50%

Proporção da produção total destinada ao lucro das partes

“Hoje, encontramos-nos numa situação em que há um equilíbrio entre a oferta e a procura a nível mundial, mas, há vários anos, a demanda era muito superior à procura e foi nesta altura em que se começou a aplicar estes acordos de partilhas. Hoje, o cenário é completamente diferente e estes cenários mostram que todos os processos são dinâmicos e, de facto, as leis, as condições contratuais devem adaptar-se ao dinamismo desta vida”, defende. Para Godinho, “quando há

boa vontade em manterem-se as parcerias estáveis, encontra-se sempre um ponto de equilíbrio”. “É importante, numa parceria, de modo a torná-la saudável e sustentável, haver sempre predisposição para analisar conjuntamente todos os factores que possam contribuir para a melhoria dos interesses das partes.”

Criado por João Lourenço no dia 13 de Outubro (com 30 dias para apresentar os resultados), o grupo de trabalho é coordenado pelo

ministro dos Recursos Minerais e dos Petróleos. Fazem ainda parte o ministro das Finanças e a Sonangol, bem como algumas empresas petrolíferas como a BP Angola, Cabinda Gulf Oil Company (Chevron) Eni Angola, Esso Angola, Statoil Angola e Total E&P. A revisão da legislação petrolífera em curso já integra, no entanto, o Plano Intercalar que, na visão de João Lourenço, visa melhorar a situação económica e social do país.

## REACÇÕES



José Oliveira, especialista em questões energéticas

Admito que haja algumas áreas de novas produções que necessitem de melhoria de condições contratuais por estarem ou no vermelho ou abaixo dos mínimos de rentabilidade.



Pedro Godinho, empresário

É importante, numa parceria, de modo a torná-la saudável e sustentável, haver sempre predisposição para analisar conjuntamente todos os factores que possam contribuir para a melhoria dos interesses das partes.

# Economia/Política

CIRCUITO COMERCIAL INCIPIENTE, PROJECTOS FALHADOS

## Banco Mundial prepara mais desembolsos para Angola



Archer Manguera (à esquerda) e Makhtar Diop

**FINANCIAMENTO.** Vice-presidente da entidade para África anuncia reforço das ajudas a Angola, no fim de uma reunião com o ministro das Finanças. Sem avançar montantes, o organismo coloca a Educação, a Saúde e o Orçamento em posições de destaque.

Por Nelson Rodrigues

A mensagem foi dada por Makhtar Diop, vice-presidente da entidade bancária mundial, à saída de uma reunião com o ministro das Finanças Augusto Archer Manguera e altos quadros afectos às duas entidades.

Da agenda de Makhtar Diop, que esteve no país na semana passada em visita de trabalho, no âmbito da 'Revisão Estratégica de Integração Regional', constava o reforço da cooperação económica e financeira com Angola, que privilegia, sobretudo, os domínios da Educação, Saúde, Energia e Águas e Agricultura, além da possibilidade de um apoio ao Orçamento Geral do Estado (OGE) angolano.

O Banco Mundial (BM) anunciou que tem preparado, para os próximos anos, mais financiamentos para o Governo angolano, mas que ainda estão dependentes de estudos e avaliações do organismo sobre as necessidades e prioridades a atacar.

“Os valores serão discutidos depois, quando a avaliação estiver pronta. Mas o mais importante é a vontade do Banco Mundial em apoiar Angola”, disse Diop, sem, no entanto, precisar o montante do financiamento a ser libertado.

Ao comentar sobre o actual quadro económico de Angola, Makhtar Diop sublinhou que o mais importante é existir “uma janela de oportunidades” de cooperação entre o Banco Mundial e Angola, nos sectores da Educação, Saúde, Energia e Águas e Agricultura.

### MEMORIZE

- **FRUTO** das negociações entre Angola e o Banco Mundial, prossegue a nota das Finanças, “as partes acreditam ser necessário um incremento do pacote financeiro, para apoiar importantes projectos do sector social

Do Ministério das Finanças, sai a ‘crença’ de que, com a vinda de Makhtar Diop, haverá o “estreitamento das relações com o Banco Mundial e a captação de importantes financiamentos, visando apoiar a agenda governativa do Executivo voltada para o relançamento do crescimento económico, redução da pobreza, transformações estruturais, diversificação económica, bem como a inclusão económica e social”, de acordo com uma nota disponível no site do organismo.

Fruto das negociações entre Angola e o Banco Mundial, prossegue a nota das Finanças, “as partes acreditam ser necessário um incremento do pacote financeiro, para apoiar importantes projectos do sector social, com realce para os sectores da electricidade e do saneamento, tendo em conta as necessidades de financiamento do país nos próximos anos”.

Actualmente, a presença do Banco Mundial em Angola está focalizada em três eixos, nomeadamente a assistência técnica, estudos e financiamento de projectos. O primeiro eixo já pôs em marcha três das suas iniciativas, nomeadamente a assistência técnica sobre a melhoria do ambiente de negócios, assistência técnica sobre o desenvolvimento do sistema financeiro e a assistência técnica sobre o branqueamento de capitais e combate aos fluxos Financeiros Ilícitos.

Já no segundo eixo, está em curso a produção de um conjunto de estudos que têm como foco efectuar o diagnóstico em determinados sectores e produzir recomendações, designadamente o estudo sobre a revisão da despesa no sector da educação e saúde, a revisão da despesa no sector de protecção social, bem como o memorando económico do país.

O terceiro eixo concentra-se na carteira de projectos financiados pelo Banco Mundial, com ênfase nos sectores da Educação, Saúde, Agricultura e Águas, globalmente avaliados em 1.065 milhões de dólares.



LOGÍSTICA

### Porto de Luanda diz-se pronto para a quadra festiva

O presidente do conselho de administração do Porto de Luanda, Alberto Bengue, garantiu que estão preparados para receber, embarcar e desembarcar navios de importação e exportação, no período da quadra festiva.

Alberto Bengue fez estes comentários à margem da inauguração da Academia Portuária de Luanda, denominada ‘Sílvia Barros Vinhas,’ que surge no âmbito do plano de reestruturação das empresas do sector dos Transportes, apostando na obtenção de ganhos de produtividade, na rentabilidade das infra-estruturas e na melhoria contínua da qualidade de serviços.

A academia tem por missão a aposta no desenvolvimento do capital humano, “elevando as competências, habilidades e atitudes dos quadros da empresa nos mais variados domínios”.

O empreendimento vai ministrar cursos de gestão portuária e administrativa, económico-financeiros, gestão estratégica, desenvolvimento do capital humano, tecnologia de informação, línguas e consultoria, aberto aos funcionários dos sectores marítimo e público.

Para justificar a criação do projecto, Alberto Bengue disse que os desafios e oportunidades obrigam os sectores marítimo e portuário, além da aposta na modernização e ampliação das instalações portuárias, a uma gestão moderna, sustentada na adopção das melhores práticas em matéria de gestão de negócios.



# CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



## ✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



## ✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



## ✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



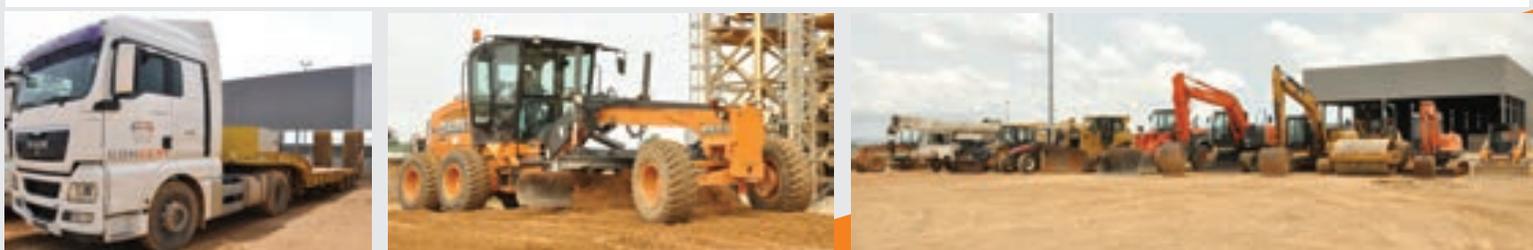
## ✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



## ✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



# Economia/Política

COM FORNECEDORES EXTERNOS

## Concessionárias pagam 11% da dívida

**MERCADO AUTOMÓVEL.** Representantes de automóveis perspectivam pagar 50% de uma dívida de 180 milhões de dólares até ao fim do ano para garantir crescimento nas vendas em 2018.

Por César Silveira

O conjunto de concessionárias de automóveis conseguiu amortizar, recentemente, cerca de 11% de uma dívida avaliada em cerca de 180 milhões de dólares com os fornecedores externos, valores acumulados devido à dificuldade de acesso a divisas.

A informação foi avançada, ao VALOR, pelo presidente da Associação dos Concessionários de Equipamentos de Transportes Rodoviários (ACETRO), Nuno Borges, explicando que a operação só foi possível devido a uma melhoria verificada na “capa-

cidade de os bancos comerciais executarem algumas operações, apesar de não serem suficientes. “No que se refere a atribuições do BNA para o nosso sector, a situação está exactamente igual [não são contemplados]”, referiu.

A dívida era resultado de um acumulado de 14 meses (até Agosto último) e Nuno Borges acreditava no pagamento da mesma até ao final do ano em curso, o que representaria um crescimento das vendas do sector em cerca de 18% no próximo ano, segundo estimativas do gestor.

“Somos de opinião que, em termos de mercado automóvel, 2018 será um ano de alguma recuperação da procura, correspondendo à expectativa de alguma recuperação económica de Angola. Consideramos ser possível um crescimento de 18,5%. Esta previsão dependerá

# 165

Milhões de dólares é o valor actual da dívida para com os fornecedores externos.

significativamente de pagamento de parte da dívida a fornecedores externos de acordo com a disponibilidade de divisas na segunda metade de 2017. Sem amortização de alguma parte desta dívida, não será possível repor os stocks de viaturas e assim irá afectar o volume de vendas previsto para 2018”, estimou, em outra ocasião, ao VALOR.

Apesar de reconhecer que as



Nuno Borges,  
presidente da ACETRO

dificuldades para o acesso às divisas continuarão, Nuno Borges mantém a esperança para o próximo ano. “A nossa perspectiva até ao fim do ano é de que se irão manter enormes dificuldades para pagamentos a fornecedores externos, mas estamos moderadamente optimistas para 2018.”

Enquanto isso, as empresas depararam-se com a quebra das vendas, iniciada em 2015 quando se registou uma redução de 53,8% face às 44 mil e 536 viaturas vendidas em 2014. Seguiram-se quebras anuais de 55,4%, e 42,5%.

A tendência mantém-se para o ano em curso, considerando os números do primeiro semestre, que registam uma redução de cerca de 56%, comparativamente às vendas de 5.698 unidades no período homólogo. Para os últimos seis meses, a associação perspectiva vender 2.785 unidades, o que representaria uma quebra de cerca de 20% face ao mesmo período do ano passado. Nos 12 meses de 2016, as concessionárias venderam 9.178 unidades e projectam para 2018 a venda de 6.253 unidades.

PLANO PREVÊ ‘ROAD SHOWS’ PARA CATIVAR INVESTIDORES

## Angola quer reescalonar dívida pública até fim do ano

No quadro das medidas previstas no Plano Intercalar, o Governo pretende negociar um “reescalonamento da dívida pública” até ao final do ano e vai realizar ‘road shows’ para

cativar investidores para uma segunda emissão de ‘eurobonds’, que pode chegar aos 2.000 milhões de dólares, noticiou a agência Lusa.

As medidas concorrem para melhorar a situação económica e social do país, tendo sido aprovadas na primeira reunião do conselho

de ministros presidida pelo Presidente João Lourenço.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017 prevê que a dívida pública governamental, exceptuando a referente às empresas públicas, deve ascender, até ao fim deste ano, aos 62,8 mil milhões de dólares, atingindo um peso

equivalente a 52,7% do produto interno bruto (PIB), um máximo histórico.

Este volume de dívida, interna e externa, representa ainda um custo de 2,338 biliões de kwanzas ao Estado, equivalente a 31,6% de toda a despesa pública nacional em 2017.

O plano prevê ainda a intenção de “alargar a base de investidores” em Títulos do Tesouro e a redução do peso dos títulos indexados (ao dólar) na carteira do Estado, em paralelo com uma análise à sustentabilidade da dívida pública nacional.

2018

UM RANKING, divulgado em Washington, pelo Banco Mundial (BM), assinala que Angola melhorou o ambiente de negócios, ao ter subido sete posições no índice 'Doing Business 2018'.

PROPOSTA AGUARDA APROVAÇÃO DAS FINANÇAS

# Tarifa dos transportes públicos vai sofrer reajustes

**SECTOR RODOVIÁRIO.** Proposta enviada pelo Ministério dos Transportes ao Ministério das Finanças prevê um aumento para os 150 kwanzas. Mas Governo ainda não divulga quem vai suportar o aumento.

Por Isabel Dinis

A

tarifa dos transportes públicos urbanos vai sofrer um aumento com a esperada aprovação da proposta do Ministério dos

Transportes remetida ao Ministério das Finanças, revelou a directora do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários, Noélia Costa. Actualmente, o bilhete custa 90 kwanzas por viagem e é subvencionado em mais de 66% pelo Estado. O passageiro paga 30 kwanzas e o Estado cobre os restantes 60 kwanzas. A proposta remetida ao Ministério das Finanças propõe um aumento da tarifa acima dos 66%

para os 150 kwanzas.

O último aumento oficial do custo dos transportes públicos verificou-se em Maio de 2005, quando o bilhete passou de 25 kwanzas para 30 kwanzas. No início do ano passado, algumas operadoras, sem aviso prévio aos passageiros, passaram a cobrar o preço de 50 kwanzas, situação que causou embaraço a quem faz o uso regular dos autocarros.

Noélia Costa não revelou quanto será a participação do Estado e dos passageiros com a aprovação da proposta pelos dois sectores, assim como não avançou uma data específica para a aprovação do documento. “Infelizmente, não depende só do sector dos transportes. Há dois sectores envolvidos, as Finanças e os Transportes. A proposta já foi remetida, aguardamos apenas a decisão para



Aumento da tarifa deve superar os 66%.

a nova tarifa”, declarou. A proposta do aumento dos preços dos bilhetes surge numa altura em que as operadoras, incluindo a estatal TCUL (Transportes Colectivo e Urbanos de Luanda, consideram que a tarifa praticada actualmente não cobre os custos operacionais. Noélia Costa adianta que o problema da TCUL não é exclusividade da companhia, mas do sector dos transportes em geral, como os caminhos-de-ferro e dos transportes marítimos.

## CORTES NAS SUBVENÇÕES

No início do ano, o VALOR noticiou que o Estado pretendia rever o programa de subvenção dos bilhetes dos transportes, no âmbito do ‘Programa de Optimização de Subsídios’, de acordo com fontes dos Ministérios das Finanças e da Economia. Caso o programa se concretizasse, os passageiros poderiam pagar a ‘factura real’ para o consumidor, que chegaria aos 200 kwanzas.

O Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários não revelou qual será o pagamento da tarifa por parte do utente nem a subvenção do Governo, apenas que haverá um aumento da tarifa para os 150 kwanzas por viagem com a aprovação da proposta.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT

# Economia angolana pode crescer até 3%

O mais recente relatório sobre o país da Economist Intelligence Unit (EIU) perspectiva que a taxa de crescimento da economia nacional deva oscilar entre 2,7% este ano e 3,0% em 2022, com valores compreendidos, neste intervalo, nos restantes anos em análise.

O documento justifica que as taxas são o resultado de uma

expansão ligeiramente mais sólida do consumo público e privado, em resultado de o país se ter ajustado a preços do petróleo mais baixos, proporcionando um crescimento médio de 2,4% em 2018/2020. O EIU perspectiva que o crescimento da economia deva acelerar ligeiramente para uma média de 2,9% em 2021/2022, à medida que os preços do petró-



leo subirem, mas, contrariamente aos investimentos fora do sector petrolífero, deve continuar a ser prejudicado por uma ausência de reformas. Relativamente ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, a EIU escreve que o novo Governo deverá ter pouca flexibilidade na sua elaboração, atendendo que a economia do país continua dependente da

produção e das exportações de petróleo.

O desempenho do sector petrolífero continuará a ter um impacto substancial na elaboração do Orçamento, esperando a EIU que o défice orçamental ronde 7,1% em termos anuais no período entre 2019 e 2022, devido às pressões no sentido do aumento da despesa pública.

## Economia/Política

COM MAIS DE 100 MILHÕES DE DÓLARES

# Governo reforça orçamento da Defesa e das FAA



Em Junho, a Defesa já havia beneficiado de um crédito adicional de 42,9 mil milhões kz.

**FINANÇAS.** Chefe de Estado autorizou a atribuição de um valor equivalente a mais de 100 milhões de dólares para pagamentos de despesas do Ministério da Defesa e das Forças Armadas Angolanas.

Por António Miguel

O Presidente da República, João Lourenço, autorizou, em decretos separados, mais de 18 mil milhões de kwanzas, equivalentes a mais de 100 milhões de dólares, para atender necessidades do Ministério da Defesa Nacional e do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Trata-se de verbas para custear despesas de prestação de serviços, logística e alimentação das tropas. Num dos créditos, por exemplo, João Lourenço aprova 4,8 mil

milhões de kwanzas (29 milhões de dólares) de crédito adicional ao orçamento do Ministério da Defesa Nacional, que servirá para o pagamento das despesas de prestação de serviços, realizadas pela empresa cubana ANTEX.

O documento assinado pelo Presidente da República não esclarece que tipo de serviço a empresa cubana prestou ao Ministério da Defesa. No entanto, sabe-se que a ANTEX – Antillas Exportadora é uma empresa cubana que assegura o recrutamento e pagamento de médicos, professores e engenheiros de construção civil que trabalham em Angola.

Num outro decreto, o chefe de Estado autorizou uma verba adicional de 13,5 mil milhões de kwanzas, equivalente a 81,3 milhões de dólares, para pagar despesas de alimentação das forças armadas. De

acordo com o documento, trata-se da necessidade de autorização de um crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2017, para “suporte das despesas com o pacote-logístico-alimentação” do Estado-Maior General das FAA.

As FAA contam com um efetivo de cerca de 100.000 homens, entre Exército, Força Aérea e Marinha. Apesar deste reforço pontual, o peso da Defesa no OGE angolano é já superior a 7% do total da despesa pública de 2017, ascendendo a 535,1 mil milhões de kwanzas.

Estes créditos adicionais, afetos ao orçamento dos dois organismos do sector da defesa, são os primeiros assinados por João Lourenço, na condição de Presidente da República, cargo que assumiu a 26 de Setembro.

Entretanto, em Junho, o Minis-

tério da Defesa, na altura liderado por João Lourenço, já tinha beneficiado de um crédito adicional 42,9 mil milhões de kwanzas, que equivale a cerca de 260 milhões de dólares.

De acordo com o decreto presidencial de 07 de Junho, assinado pelo antigo presidente José Eduardo dos Santos, o crédito adicional justificou-se pela necessidade de dar suporte dos encargos relacionados com o Programa de Potenciação e Apetrechamento Técnico Militar das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Sabe-se que as FAA têm em curso contratos de aquisição de helicópteros à Itália e aviões à Rússia, mas pretendem ainda avançar com o reequipamento da Marinha, com a aquisição de novos navios de patrulhamento das águas nacionais.



NA LUNDA-SUL

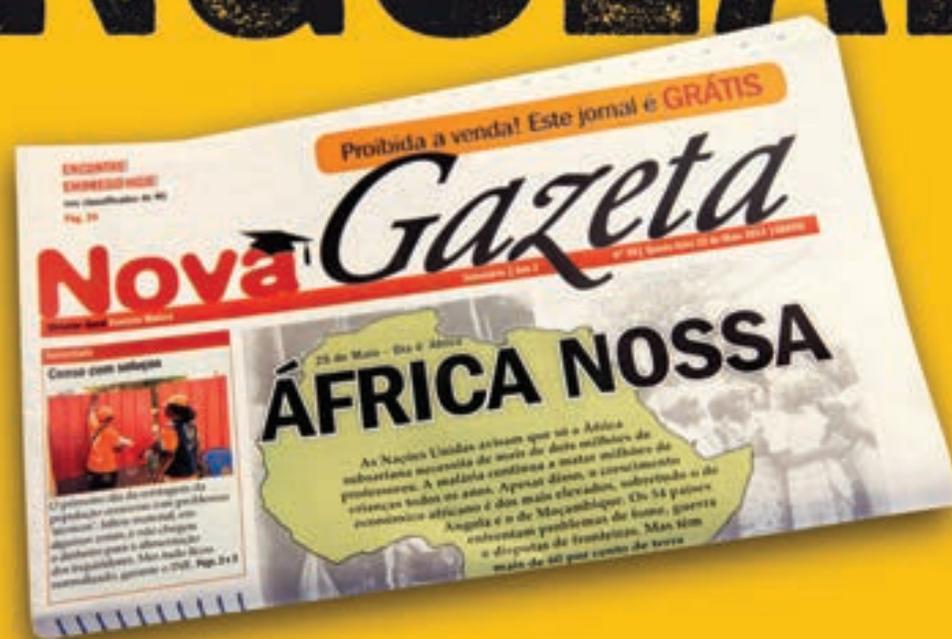
## Florestas descontroladas

O Instituto do Desenvolvimento Florestal (IDF), na Lunda-Sul, funciona com apenas dois fiscais, o que tem dificultado a fiscalização das florestas. Segundo o chefe do departamento, Afonso Maqueicha, para colmatar as dificuldades, são necessários, pelo menos, 30 novos fiscais. A insuficiência de fiscais está a dar lugar ao crescimento de abate indiscriminado de árvores e à deterioração do meio ambiente. Afonso Maqueicha afirmou que a exiguidade destes técnicos contribui negativamente para a violação de florestas, por várias individualidades. O responsável fez saber ainda que este facto faz com que os caçadores realizem a caça furtiva e a desmatagem, através de queimadas, o que prejudica o habitat e a saúde das pessoas circundantes.

Explicou que, face às limitações, o IDF conta com a colaboração da Polícia Fiscal e as administrações municipais, para auxiliarem na prevenção e fiscalização da fauna e flora. Afonso Maqueicha sublinhou que o IDF está engajado no controlo de exploração ilegal da madeira para a preservação de algumas espécies, dada a sua importância para a economia da província.

Entre as acções que serão desenvolvidas este ano, constam palestras de sensibilização nas escolas, mercados e locais de maior concentração populacional, com vista a despertar a sociedade para a importância da preservação do meio ambiente.

# 100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



# EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

[www.novagazeta.co.ao](http://www.novagazeta.co.ao)

**100 MIL. SEM CUSTO.**

# Mercados & Finanças

VISITAS PREVISTAS AINDA PARA ESTE NOVEMBRO

## Duas missões ‘separadas’ do FMI aterram em Luanda

**ASSISTÊNCIA.** Uma vem ‘diagnosticar’ a legislação de combate à lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo, enquanto outra vem familiarizar-se com as políticas económicas do novo Executivo.

Por Cândido Mendes



Max Alier, representante do FMI em Luanda

Mário Mujigas ©VE

Chega a Luanda nas “próximas semanas” a primeira “missão de diagnóstico” de técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para prestar assistência técnica ao país, no âmbito da prevenção ao branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo, tendo como “foco” a Unidade de Informação Financeira (UIF).

De acordo com Max Alier, representante do FMI em Luanda, em resposta a perguntas feitas por e-mail, a assistência técnica será feita em viagens periódicas e “é separada na sua implementação, mas não na sua motivação” das consultas anuais que são feitas ao abrigo do Artigo IV, cuja missão também é esperada para esse mês de Novembro na capital angolana.

Esta última é uma equipa de técnicos que vêm ‘familiarizar-

se’ com as políticas económicas do novo presidente João Lourenço e preparar a visita da missão ‘propriamente dita’ a acontecer em Janeiro do próximo ano.

A missão de diagnóstico “é similar à da assistência técnica que o FMI presta noutras áreas como, por exemplo, administração e política tributária, contas nacionais e estatísticas monetárias e financeiras e modelagem da inflação”, explicou Alier.

O Fundo não faz, no entanto, uma ligação directa entre o objetivo do serviço a prestar à UIF e o eventual regresso dos bancos correspondentes a Angola, tal como o faz o Banco Nacional.

“O BNA já está a actuar em várias frentes para restaurar a confiança dos bancos correspondentes. Estas incluem estabelecer contactos com os bancos correspondentes para entenderem melhor as suas preocupações, dialogar com os supervisores bancários nos países nos quais estão sediados os bancos

### MEMORIZE

● **Em Outubro** do ano passado, Valter Filipe alertou que o país precisava de criar um “sistema rigoroso” de combate à lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo para que as instituições financeiras internacionais voltassem a trabalhar com Angola.

correspondentes, etc.”, precisou o representante do Fundo em Luanda, remetendo ao BNA quaisquer esclarecimentos sobre os contactos que o regulador vem realizando.

Num comunicado divulgado no seu sítio da internet, a 27 de Outubro passado, o BNA, ainda governado por Valter Filipe, dizia que a assistência técnica do FMI tinha como “objetivo primordial a retoma das relações com os bancos correspondentes”.

O comunicado é um dos vários outros que o Banco Central foi emi-

tindo quase em catadupa nos últimos dias, quando já se aventava a saída de Valter Filipe. A série de comunicados ‘estranhou’ observadores nacionais, tendo em conta que o seu consulado todo foi marcado por alguma ‘aridez’ em termos de comunicação com a imprensa, incluindo a rejeição de falar a repórteres.

### SEMPRE OS CORRESPONDENTES

Constata-se que Valter Filipe fez do regresso dos bancos correspondentes o seu ‘cavalo de batalha’, enquanto governador do Banco Central, pelo menos, na intenção.

Em Outubro do ano passado, alertou que o país precisava de criar um “sistema rigoroso” de combate à lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo para que as instituições financeiras internacionais voltassem a trabalhar com Angola.

Falando à RNA, informou que estava a implementar “melhores mecanismos e normas de ‘compliance’ e

outras políticas monetárias” cujos resultados seriam vistos este ano.

Filipe empreendeu um périplo pela África do Sul, Europa e Estados Unidos e prometeu, “para breve”, o regresso dos bancos correspondentes (os tais que dão dólares), após reuniões com oficiais do Departamento do Tesouro e da Reserva Federal.

Uma fonte norte-americana negou, entretanto, ter promessas de entidades oficiais dos EUA ou financeira sobre o regresso dos seus bancos e, meses depois, a embaixadora Helen La Lime afirmaria que Angola tinha “muito trabalho de casa a fazer” antes que os bancos internacionais voltassem ao país.

“A questão de Angola é o risco que o país representa aos bancos correspondentes”, disse um alto quadro de um banco europeu. “Por exemplo, o negócio de Angola rende 10 milhões, mas você pode pagar 100 milhões de multa se o cliente fizer algo errado. Então para uma instituição com receitas em milhares de milhões, esse risco não faz sentido”, explicou.

A TAXA DE JURO BASE DO Banco Nacional de Angola (BNA) vai manter-se a 16% até finais de Novembro, com base numa decisão do Comité de Política Monetária do Banco Central, anunciou a entidade, no seu portal de internet.



O BANCO ANGOLANO de Investimentos (BAI) tem um presidente da comissão executiva interino, Luís Filipe Rodrigues Lélis, em substituição de José de Lima Massano, nomeado governador do Banco Nacional de Angola (BNA).



COM INTRODUÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS

# Standard Bank e ICBC reforçam apoio às empresas chinesas

**BANCA.** Entidade bancária angolana e parceiro chinês ICBC ouviram preocupações da comunidade empresarial chinesa em Angola, que pede maior aposta no 'internet banking' e emissão de cartões multicaixa "na hora". Sugestões já seguiram para o 'China Desk', departamento do banco que olha para os chineses no país.

Por Nelson Rodrigues

Várias empresas chinesas e altos responsáveis do Standard Bank Angola (SBA) discutiram, na semana passada, a possibilidade de introdução de novos serviços que ajudem nas operações dos grupos chineses no país, com vista a facilitar os fluxos financeiros da China para Angola e vice-versa, soube o VALOR do responsável do 'China Desk', departamento que atende a comunidade empresarial chinesa em Angola, Nuno Song.

De acordo com o banco, esta possibilidade surge devido à "importância económica" da comunidade chinesa no país e vem facilitar, entre outras, as operações financeiras dos grandes grupos chineses instalados no país, propostas discutidas num encontro que congregou acima de 100 'homens de negócios' da China, os responsáveis do maior banco do mundo e accionista o Standard Bank Group, o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, na sigla em inglês), além do embaixador chinês em Luanda.

"Este evento é muito importante. Tínhamos preparado há já três meses e convidámos os colegas do ICBC e do

SBA da África do Oeste e da China. A comunidade chinesa em Angola é economicamente importante, não só por causa dos créditos que os bancos chineses fornecem ao Governo angolano, para ajudar a construir infra-estruturas, mas também devido a muitos chineses e homens de negócios, que trazem mercadorias para Angola", justificou Nuno Song, o anfitrião do encontro realizado em Luanda.

Das preocupações recolhidas no certame, sobressaem a necessidade de maior aposta no serviço 'internet banking' e um serviço multicaixa "sempre operacional", segundo referiu o chinês e alto quadro do SBA, que deu exemplos de como estes dois segmentos são "vitais para os negócios", devido à movimentação constante de avultadas somas da parte da comunidade empresarial chinesa em Angola.

"O internet banking, por exemplo, é um método muito eficiente. Os chineses já não costumam levar carteiras quando vão ao mercado. Ao comprar uma maçã, o cliente usa telemóvel para pagar as contas. Nunca usa o 'cash'. E este é um detalhe que os empresários chineses perguntaram ao Standard e querem ver implementado também em outros bancos, para facilitar operações da comunidade chinesa em Angola", contou ao VALOR Nuno Song, à saída do encontro.

**EXIGIDA MAIOR EFICIÊNCIA**  
Os empresários chineses aborda-



Na China, há um tipo de máquina que trata de todos os serviços do ATM.

ram, por outro lado, a necessidade de melhoria noutros segmentos bancários, o caso da eficiência a imprimir nos serviços bancários. Neste ponto, Nuno Song voltou a dar exemplo da funcionalidade do 'multicaixa', que, no entender dos empresários do gigante asiático, deve ser "na hora". Ou seja, os chineses entendem que o cartão multicaixa e toda a sua componente devem estar prontos a serem utilizados no momento à seguir a abertura de conta e não 24 horas depois.

"Em Angola, quando se abre conta bancária, a emissão do cartão multicaixa espera uma semana, dois dias ou três dias. Na China, é de imediato, na hora. Há lá um tipo de máquina que trata de todos os serviços, que chamamos de 'smartmachine', mas que, em Angola, só se resolvem nos balcões.

Com esta ferramenta, significa que há menos funcionários nas agências do ICBC na China do que qualquer banco em Angola", explicou este responsável, dando exemplo do desempenho das agências do congénere chinês ICBC.

Questionado sobre para quando a implementação de novas soluções bancárias, o responsável do 'China Desk' não dá datas, mas reforça a promessa de introdução destas práticas, lembrando que o mecanismo já é do controlo da administração do SBA.

"O nosso CEO junto e os CEO de outros SBA de outros países estavam na China, há duas semanas, verificaram essa solução nas agências do ICBC e é uma ideia que trouxeram para o nosso 'board'. É uma boa solução para Angola. É uma prática que não é complicada de aplicar", disse.

**CONVERSÃO DIRECTA DO YUAN**

Nuno Song lembrou também a 'história' da possibilidade de conversão directa entre o kwanza e o yuan, a moeda da china, assunto que vem do antigo governo liderado pelo ex-presidente José Eduardo dos Santos.

Para Song, esta possibilidade não depende dos bancos, mas dos acordos entre os Governos. Mas esconde a vantagem que o mecanismo traria aos negócios entre os empresários dos dois países.

"A possibilidade de conversão directa do yuan para o kwanza não depende dos bancos, depende, sim, dos acordos governamentais. Nós queremos essa conversão directa para kwanza, para facilitar o comércio internacional", sublinha Song.

# Mercados & Finanças

DESDE A QUEDA DE PAIXÃO JÚNIOR

## Governo mexe na gestão do BPC pela terceira vez em menos de um ano

**BANCA.** Alcides Safeca é o terceiro homem, desde o afastamento de Paixão Júnior, a mandar no BPC. Movimentações acontecem ao mesmo tempo em que o banco estatal 'luta' para se reerguer da crise dos malparados e da gestão interna. Economistas questionam impacto das alterações no 'board' na aplicação das reformas em curso.

Por Nelson Rodrigues



Alcides Safeca, novo PCA do BPC

1,6

Biliões de kwanzas, activos do BPC

96

Número de insuficiências no banco em 2015

### MEMORIZE

- **As reformas** acontecem ao mesmo tempo em que o banco aumentou o capital social. Do montante anterior, foi injectada uma soma calculada em 90 mil milhões de kwanzas.

Os accionistas do Banco de Poupança e Crédito (BPC) voltaram a mexer no conselho de administração, com a saída de Ricardo d'Abreu, colocando à frente do banco o antigo secretário do Estado do Tesouro, Alcides Safeca, que iniciou funções na manhã da última sexta-feira, com o empossamento.

Safeca assume a presidência do conselho de administração do maior banco estatal em substituição a Ricardo d'Abreu, que ficou no

BPC por nove meses, precisamente a 24 de Março deste ano.

São accionistas do BPC o Estado, com 75%, o Instituto Nacional de Segurança Social, com 15%, e a Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas, que responde pelos restantes 10% do capital social do banco que detém a maior carteira de crédito do sistema bancário.

O novo homem-forte do maior banco angolano em activos (1,6 biliões de kwanzas) deve conduzir a gestão ao lado de 11 administradores, entre executivos e não-executivos, dois dos quais 'estreados', nomeadamente o economista Fernando Heitor e Carlos Antão Fernandes Borges.

Safeca foi, até antes da nomeação ao posto de PCA, um dos quatro administradores da gestão de Ricardo d'Abreu, que integrava também os não-executivos Nayole dos Santos, Djamilia Prata e Júlia Correia.

Com esta indicação, Safeca integra assim a lista de três gestores que presidiram ao conselho de administração num espaço de menos de um ano, a contar com o afastamento de Paixão Júnior, em Outubro do ano passado.

Passaram pelo BPC as 'equipas' de Cristina Florência Dias Van-Dúnem (presidente do conselho de administração não-executiva) e Zinho Baptista, no posto de presidente da comissão

executiva. Seis meses depois, por decisão dos accionistas, é indicado Ricardo d'Abreu no cargo de PCA e PCE, ao mesmo tempo, este que ficou no cargo até finais de Outubro, dando lugar à nova equipa de Alcides Safeca (ver ilustração).

As movimentações no 'board' do BPC já mereceram reacções diversas. Ao VALOR, o economista Precioso Domingos disse estar na "dúvida" em relação às reformas em curso no banco, já que, desde Paixão Júnior, é o terceiro presidente à frente da instituição.

"Não esperava a saída de Ricardo d'Abreu do BPC, pois ele esteve ali bastante optimista

em relação às reformas. E o BPC já recebeu uma injeção através desse novo mecanismo, que é a Recredit", disse o economista, para quem as alterações no comando da entidade podem custar a aplicação das reformas.

Nos planos de reformas, insiste Precioso Domingos, "os compromissos são assumidos pelo banco, mas nisso também conta muito o que dizem os PCA. Ou do seu engajamento pessoal. Com estas mudanças, eu agora já não sei às quantas ficamos em termos de reforma. Não creio que, com essa nomeação [de Alcides Safeca], a gestão venha a ser diferente. O banco vai continuar a ter esses problemas", conclui o economista associado ao Centro de Estudos e de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC).

### SAFECA 'HERDA' REFORMAS

Actualmente, está em curso, no BPC, um conjunto de reformas de gestão e controlo interno. Aliás, é neste segmento da administração do banco onde os auditores 'apanharam', em 2015, 96 insuficiências, ainda na gestão de Paixão Júnior.

As reformas acontecem ao mesmo tempo em que os sócios decidiram aumentar capital social do banco. Do montante anterior, foi injectada uma soma calculada em 90 mil milhões de kwanzas, montante que será realizado por todos os accionistas na proporção da sua participação.

Na Assembleia, em que foram destituídos os membros do anterior conselho de administração e da comissão executiva, de Cristina Van-Dúnem e Zinho Baptista, respectivamente, os accionistas aprovaram o Plano de Recapitalização e Reestruturação do BPC e incumbiram os órgãos sociais a procederem à sua materialização dentro dos prazos nele definidos. Planos que saltam, assim, para o comando de Alcides Safeca, antigo não-executivo de Ricardo d'Abreu.

# É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

**REGISTE-SE EM**

**<http://quadros.mgm.gov.ao>**

**E FAÇA PARTE DA BOLSA  
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

## QUEM SE DEVE CADASTRAR?

### Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

## PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

**<http://quadros.mgm.gov.ao>**

**1129 QUADROS  
NACIONAIS JÁ SE  
CADASTRARAM**

## A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: [quadros@mgm.gov.ao](mailto:quadros@mgm.gov.ao) | +244 916 532 964

**Política de privacidade** O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

# Empresas & Negócios

ÚLTIMO BALANÇO FOI EM SETEMBRO DESTE ANO

## Dívida acumulada de clientes da ENDE supera 81 mil milhões kz

**DÍVIDA.** Valor cresce dois dígitos por mês desde a última actualização do tarifário da electricidade. Luanda representa 50% da fatia e a empresa alerta que subsídios do Governo são insuficientes e irregulares.

de 47 milhões de kwanzas de passivo, que, entretanto, subiu para 48.343 mil em Setembro.

Kwanza-Sul e de Benguela surgem nos lugares seguintes no ranking dos maiores devedores, enquanto Moxico, Kuando-Kubango, Bié e Zaire ocupam o extremo das províncias que menos devem à empresa pública.

“A dívida cresce em torno de dois dígitos mensais porque, no dia 31 de Dezembro de 2015, entrou em vigor um novo tarifário, passando a custar mais aos clientes”, clarificou Marcos Balanga.

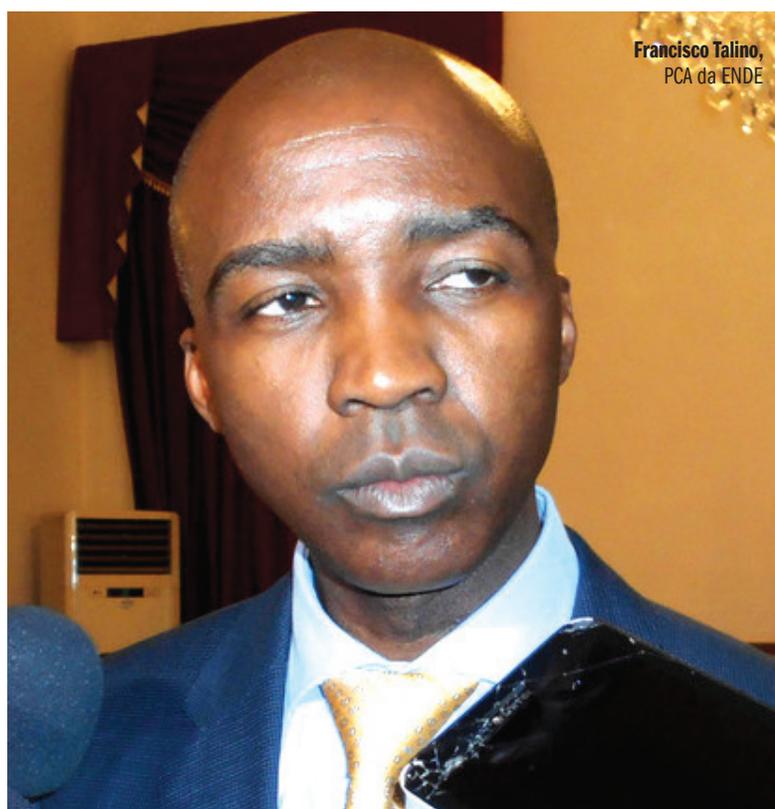
O maior volume do montante em causa está concentrado em entidades colectivas, sobretudo empresas, mas, a nível doméstico, a situação também “é preocupante”. Deste, sobressaem proprietários de postos de transformação (PT), segundo o responsável.

“Negociar dívida com estas entidades parece ser mais difícil.

As empresas alegam problemas financeiros para não honrar os compromissos, quando sabemos que possuem dotações financeiras para assumir estes custos”, referiu Balanga, para quem a liquidação da dívida livraria a ENDE do “sufoco” financeiro em que se encontra. A empresa anda dependente do subsídios ao preço da electricidade, cujo pagamento também diz ser irregular, e toda esta situação limita a realização de investimentos no seu próprio desenvolvimento.

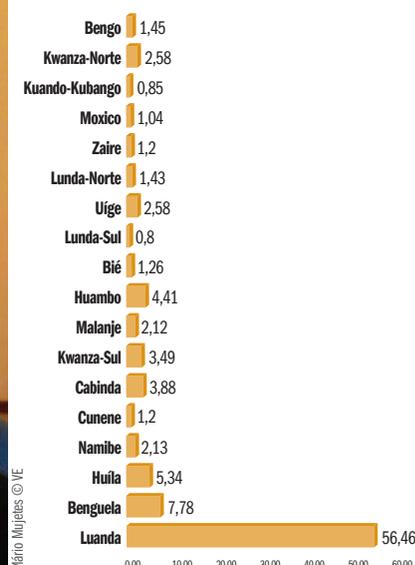
Na capital, os maiores devedores são particulares nas zonas suburbanas, enquanto na zona urbana são mais instituições colectivas.

A empresa leva a cabo uma campanha de recuperação da dívida com acções direccionadas junto dos centros de distribuição. Nesta perspectiva, a ENDE abre a possibilidade para os clientes particulares efectuarem o pagamento de forma parcelada, devendo, para o efeito, contactar os serviços de pagamento da empresa.



Francisco Talino,  
PCA da ENDE

### Distribuição percentual de clientes por província



Por Valdimiro Dias

# A

dívida global dos clientes à Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE) está avaliada em

mais de 81 mil milhões de kwanzas, com Luanda a representar metade deste montante, revelou ao VE o director comercial da empresa pública, Marcos Balanga.

A dívida passou a ser acumulada desde 2002, com o último balanço, em Setembro deste ano, a assinalar um montante superior a 81.281 mil milhões em Setembro, com tendência crescente.

A empresa responsável pelo fornecimento de electricidade contabiliza 1.320.489 clientes registados, mais da metade dos quais (745.551) em Luanda. Só em Agosto, a capital do país acumulou mais

### CADEIA DE NEGÓCIOS EM LUANDA

A administração da ENDE tem o foco particular na redução das perdas comerciais. Dos 19% verificados até à altura em que herdou as estruturas da empresa da extinta EDEL, propôs-se reduzir até 10%. O desafio começou “bem”, mas descarrilou logo a seguir, devido ao que a empresa considera de nível de diferença de eficiência comercial e de distribuição de Luanda e as restantes províncias.

O director comercial da empresa aponta que as demais províncias constituem o maior problema nos resultados comerciais, motivo por que se direcciona nelas grande parte dos esforços. Luanda possui uma média de faturação de 95% e mais de 80% nas cobranças, servindo de base para o sustento da cadeia de negócio de energia, constituída pela empresa de produção de energia (Prodel), a Rede Nacional de Transporte e a própria ENDE.

### Valor da dívida por província

Província	Dívida acumulada até Agosto	Dívida acumulada até Setembro
Luanda	47.126.731.064,32	48.343.581.468,65
Bengo	621.260.881,04	663.642.109,40
Benguela	5.265.180.002,00	5.417.714.170,39
Huíla	4.713.552.717,87	4.759.571.227,77
Namibe	1.207.928.904,00	1.242.764.336,70
Cunene	666.601.722,66	690.321.537,26
Cabinda	3.507.184.663,17	3.553.035.237,26
Kwanza-Sul	8.669.291.874,59	8.636.235.141,73
Malanje	1.358.143.044,98	1.364.956.985,38
Huambo	1.875.652.715,12	1.892.004.682,26
Bié	379.243.335,35	400.069.575,65
Kuando-Kubango	295.348.024,21	308.137.879,06
Kwanza-Norte	759.306.063,89	785.043.506,78
Lunda-Norte	898.054.217,31	910.575.193,71
Lunda-Sul	636.675.053,70	641.633.379,66
Moxico	231.837.016,81	243.571.534,34
Uíge	1.059.788.581,94	1.097.062.584,61
Zaire	324.881.606,77	331.796.030,11
Total	79.596.661.490,61	81.281.716.580,72

A EMPRESA de auditoria e consultoria PwC venceu o concurso público limitado para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sonangol e suas subsidiárias, referentes aos exercícios de 2017 a 2019.



O PRESIDENTE da República, João Lourenço, instou a nova direcção da Endiama a criar políticas para atrair os grandes investidores e as multinacionais dos diamantes, de forma a motivá-los a investirem no país.



Empresa foi reactivada com financiamento do BDA há 10 anos.

REINAUGURAÇÃO ESTAVA PREVISTA HÁ OITO ANOS

## Fábrica da Matala precisa de mais 1,5 milhões USD

**INDÚSTRIA.** Fábrica de concentrado de tomate na Huíla, parcialmente detida pelo Estado, clama por financiamento adicional aos 10 milhões USD de fundos públicos que recebeu há quase uma década.

Por Isabel Dinis

Uma década após beneficiar de um financiamento público de 10 milhões de dólares para reactivar as suas actividades, a Sociedade de Desenvolvimento da Matala (Sodmat), vocacionada para o processamento de tomate, continua paralisada. A empresa precisa de cerca de 1,5 milhões de dólares para arrancar, declarou, ao VALOR, o presidente do seu conselho de administração, Cipriano Ndulumba.

O montante serviria para a montagem de uma linha de embalagens e outros equipamentos, conclusão a que se chegou após um diagnóstico, realizado em 2015, por três empresas estrangeiras e uma nacional para se determinarem as condições necessárias ao reinício da produção.

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) financiou a reactiva-

ção da unidade, paralisada desde os anos 1980, com 10 milhões de dólares. O Estado detém 30% do capital da Sodmat, distribuindo-se o restante por entidades privadas.

Segundo o responsável da Sodmat, o empreendimento já tem cerca de 75% de nível de execução e o investimento adicional necessário para a conclusão é “aceitável” e até “muito abaixo do que o BDA já investiu”.

Ndulumba garante que o básico para a retoma está feito, mas alerta que, segundo o resultado do mesmo diagnóstico, alguns equipamentos já instalados são considerados semi-industriais e estão, por isso, ultrapassados.

Em 2011, a Sodmat tentou resol-

# 30

Por cento, proporção do capital detido pelo Estado na Sodmat

ver a inoperância colocando o empreendimento a concurso público, mas as empresas interessadas na sua gestão debatem-se até hoje com a falta de divisas, dado que os equipamentos necessários para o funcionamento têm de ser importados. “Há muitas empresas interessadas, mas todas encontram o problema dos cambiais”, declara o responsável, para quem o investimento numa fábrica de concentrado de tomate é um dos melhores que se pode fazer no país, devido ao excesso da principal matéria-prima.

Os produtores no perímetro irrigado da Matala e de outras províncias produtoras de tomate receberam com particular satisfação o anúncio, em 2009, da reinauguração da unidade fabril. Viram no desenvolvimento uma saída para as enormes quantidades do produto que se deterioram todos os anos, por dificuldades de escoamentos.

Com capacidade para processar 12.500 toneladas de tomate fresco por ano, a fábrica da Matala foi montada em 1960 e encontra-se inoperante desde 1980.

### TRABALHADORES MOTIVADOS

## DHL Express tem taxa de abandono inferior a 1,5%

Eleita recentemente a melhor empregadora de África pelo ‘Top Employer

Africa 2018’, a representação da multinacional DH assume ter uma taxa de rotatividade (abandono) de trabalhadores em Angola inferior a 1,5%, disse ao VALOR Hennie Heymans, CEO da DHL Express África Subsariana.

“Somos cerca de 4.500 trabalhadores em toda a África subsariana e é muito raro ver pessoas abandonarem a empresa. Em Angola, temos funcionários que já estão na empresa há 25 anos”, referiu.

A prestigiosa distinção partiu da Top Employer Institute, uma organização internacional que qualifica e distingue as empresas que criam as melhores condições de trabalho para o seu pessoal, pelo seu desempenho em 18 países, entre os quais Angola, África do Sul, Botsuana, Moçambique e Senegal.

Para Heymans, a distinção, pelo quarto ano consecutivo, mostra que a multinacional integra as organizações que não ficam pelo princípio de gestão, segundo o qual ‘as pessoas são os principais activos das empresas’. “Os nossos funcionários conhecem bem as suas responsabilidades e o que a empresa está a fazer, sabem o que é espe-

rado deles, damos-lhes o poder de tomarem as decisões, cometerem erros e aprenderem com isto. Isto cria um ambiente de trabalho saudável”, argumentou.

Heymans aponta a criação de espaços de lazer e descanso em todas as instalações, defendendo que as empresas devem olhar para os trabalhadores para além dos compromissos laborais. “Nestas, os colaboradores podem fazer de tudo um pouco nos intervalos de trabalho. Nalguns países, temos montadas ‘play station’, aqui em Angola, temos matraquilhos, porque reconhecemos que as pessoas precisam destes momentos para estarem motivadas e concentradas.”

O gestor assegura que a DHL continuará a investir nos colaboradores para alcançar o seu principal objectivo, que é a satisfação dos clientes. E destacou, como exemplo, o programa da empresa de mudanças culturais de especialista internacional certificada (CIS). “É evidente que a motivação e o desenvolvimento do pessoal são importantes áreas de foco para nós. Estamos empenhados em ter uma equipa de alto desempenho que promove a diversidade de liderança”, assegura.

Presente em 51 países de África, a DHL presta serviços postais e logísticos. Opera em Angola desde 1982 e possui 172 trabalhadores.

Por César Silveira



Hennie Heymans, CEO da DHL África subsariana

# (In)Formalizando

EM CAUSA, DIFICULDADES NA COMPRA DO CIMENTO

## Fábricas de blocos resistem e encerram em Luanda



**CRISE DO CIMENTO.** Aumento dos preços do cimento abala mercado de blocos. Chineses, detentores de fábricas, estão a abandonar o negócio.

Por António Miguel e José Calebe

**P**elo menos, quatro fábricas de blocos fecharam portas, há três meses, no município de Belas, em Luanda, devido à subida do preço do cimento, que se regista desde Agosto.

Localizadas na via expressa Benfca/Cacuaco e na Rua do Patriota, as instalações das fábricas encerradas encontram-se actualmente a albergar outro tipo de actividade comer-

cial. No local, o VALOR apurou que os proprietários, maioritariamente chineses, abandonaram a produção de blocos, por causa das dificuldades que foram enfrentando na aquisição do cimento.

No entanto, e embora não se saiba por quanto tempo, há ainda quem resista no negócio. Vários operadores do negócio disseram ao VALOR que as produtoras de blocos compravam o saco de 50 quilogramas de cimento (sua matéria-prima fundamental) a 1.100 kwanzas, sendo que a mesma quantidade passou a custar 2.500 kwanzas, o que aumenta também o custo de produção dos blocos.

A empresa LPJ, que adquire o cimento directamente na Cimangola, por exemplo, baixou significa-

### MEMORIZE

● **Paradoxalmente**, um mês depois de a Cimangola ter inaugurado uma fábrica com capacidade para produzir dois milhões de toneladas de clínquer/ano, o preço do cimento disparou acima dos 70%, enquanto outras fábricas de cimento fecharam as portas.

tivamente a sua produção. Segundo o subgerente, Agostinho Mecende, a fabricação de blocos poderá ser interrompida a qualquer momento por falta de matéria-prima.

Com mais de 10 anos no mercado, a LPJ, detida por chineses, cobrava por bloco 65 kwanzas. Agora, por

força da escassez do cimento, passou a comercializá-lo a 105 kwanzas. “Temos muitas dificuldades em adquirir o cimento por causa da subida dos preços”, observou Mecende.

O subgerente da LPJ explica que a procura de blocos por parte dos clientes não parou, pelo que lamenta a incapacidade de satisfazer a demanda. “Antes pagávamos a mercadoria na segunda-feira e recebíamos, no dia seguinte, 720 sacos de cimento por camião, um total de dois a três camiões por dia, três vezes por semana”, recorda. Agora, continua Mecende, paga-se na segunda e espera-se por mais de 10 dias para ter a encomenda. “E já não na mesma quantidade. Por semana, só temos direito a um carregamento de 600

ou 800 sacos de cimento”, compara. “Os clientes que antes chegavam pagavam e levavam os blocos, agora têm de o fazer por meio de encomenda”, acrescenta.

Apesar das dificuldades que a fábrica enfrenta, não houve diminuição de trabalhadores, mas “se isto continuar”, garante o subgerente, “há previsão de reduzirmos o pessoal porque a produção diminuiu”. “Somos 20 trabalhadores angolanos aqui, além dos chineses que são os patrões, mas não podemos ainda tirar os trabalhadores porque as coisas podem melhorar”, acredita.

Um funcionário de uma outra fábrica, que preferiu não identificar-se, afirmou que, “ultimamente, a venda de cimento na Cimangola é feita a base de conveniência”. “Ou seja, é preciso fazer cunha para conseguir comprar o produto.”

Há quem, no entanto, não esteja a ser afectado pela crise do cimento. A fábrica de blocos Trans Asa Branca, situada no Lar do Patriota, é disso exemplo. Aliás, o vice-administrador da empresa, Sebastião Pedro, contraria informações segundo as quais os preços do cimento, praticados pela Cimangola, tenham aumentados.

“O preço do cimento não subiu”, afirma, garantindo que, até ao momento, continuam a comprar o saco a 1.350 kwanzas. Pedro reconhece, no entanto, que antes se pagava o cimento numa segunda-feira e, no dia seguinte, recebiam o produto. “Hoje temos de esperar oito dias”, refere. “Estamos a viver um monopólio, ou seja, é só a Cimangola que está a produzir”, sublinha Sebastião Pedro.

Na Trans Asa Branca, cada bloco é comercializado a 102 kwanzas, com direito a transporte, mas só se o cliente comprar a partir de 500 blocos. Tal como na maioria das fábricas de blocos, a Trans Asa Branca serve, sobretudo, o mercado informal de construção, principalmente obras nas periferias da capital.



Somos todos nós



# SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

**Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).**

**Reposição às segundas-feiras à 01h.**



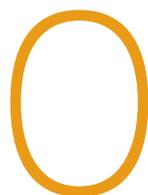
# DE JURE

PROPOSTA PODE ESTAR FINALIZADA ATÉ DEZEMBRO

## Lei sobre Propriedade Industrial está a ser reformulada

**REVISÃO.** Raio de acção da lei poderá ser alargado com a anunciada actualização. Actual diploma visa a protecção da propriedade industrial em áreas como a indústria, comércio e as indústrias agrícolas e extractivas.

Por António Miguel



O Instituto Angolano de Propriedade Industrial (IAPI) está a preparar uma nova proposta de Lei da Propriedade

Industrial (LPI) com a finalidade de adequá-la às normas internacionais, afirmou, em recentes declarações à Angop, Carla Luísa Louro de Carvalho, técnica da direcção nacional de cadastro e licenciamento industrial de Angola.

Luísa Louro de Carvalho revelou que os técnicos do IAPI estão a melhorar a lei anterior (Lei 3/92) e, para tal, contam com a contribuição de empresas nacionais e parceiros.

“Até ao fim do ano, o IAPI acredita ter a proposta tecnicamente concluída, para que, em 2018, seja levada à discussão pública para que o país tenha um documento que esteja de acordo com as normas

internacionais, já que Angola é parte de acordos internacionais e há questões que não estão contempladas na presente lei”, disse.

O IAPI, segundo a responsável, registou, para tratamento e atribuição de direito de propriedade, 60 mil marcas, 1.200 insígnias de estabelecimentos, 1.400 nomes de estabelecimentos e 350 modelos industriais.

Na mesma perspectiva, foram registados 150 desenhos industriais, par além de ter sido efectuados

o depósito de quatro mil patentes (maioria estrangeira) e 50 modelos de utilidade. Em Agosto deste ano, o Instituto Angolano de Propriedade Industrial registou 60% de marcas estrangeiras e 40% de marcas nacionais.

A propriedade industrial em Angola é regulada pela Lei n.º 3/92, de 28 de Fevereiro - Lei da Propriedade Industrial (“LPI”), em vigor desde Março de 1992. A LPI oferece protecção em matéria de patentes, marcas, modelos industriais, modelos de utilidade e desenhos, recompensas, nome e insígnia de estabelecimentos, bem como de indicações de proveniência.

O referido diploma estabelece,



Luísa Louro de Carvalho, técnica da direcção nacional de cadastro

entre outros, o direito de prioridade, nos termos do qual, todo o pedido de concessão de uma patente, depósito de um desenho ou modelo e registo de uma marca poderá conter uma declaração, reivindicando a prioridade relativamente a um pedido anterior.

Por outro lado, a nulidade de uma patente, do depósito de modelo ou desenho, do registo de uma marca,

# 60

Mil marcas foram registadas pelo IAPI para tratamento e atribuição de direito de propriedade.

recompensa, nome ou insígnia de estabelecimento apenas pode ser efectivada por via de sentença judicial, que deverá ser registada no organismo responsável pela gestão dos direitos de propriedade industrial, podendo as respectivas acções ser intentadas pelas pessoas com interesse directo na anulação ou por iniciativa do Ministério Público.

PUB

# 100.000

**BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA:  
CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.**

**Nova Gazeta**

**100 MIL. SEM CUSTO.**

www.novagazeta.co.ao

# PRÉMIO ESTUDANTE NOVA GAZETA

“PROMOVENDO O MÉRITO E A EXCELÊNCIA ACADÉMICOS”

## EDIÇÃO 2017

### GALA DE ENTREGA DE PRÉMIOS

### 9 DE NOVEMBRO / ROYAL PLAZA HOTEL



#### I. ESTUDANTE DO ANO

- ✓ Prémio Engenharias
- ✓ Prémio Ciências Exactas
- ✓ Prémio Medicina
- ✓ Prémio Ciências da Saúde
- ✓ Prémio Ciências Agrárias & Ambientais
- ✓ Prémio Ciências Económicas & Gestão
- ✓ Prémio Ciências Jurídicas & Políticas
- ✓ Prémio Ciências Sociais & Humanas
- ✓ Prémio Ciências da Educação & Letras

#### II. ESTUDANTE EXEMPLO

#### III. FINALISTA DO ANO

TELS. 222 32051 0 / 222 32051 1 / 927 596835

**Nova** *Gazeta*

Patrocinadores



**TRANSCOOP**  
Transportes Rodoviários



**Delta**   
perfeGtly espresso

# Gestão

KEVIN O'LEARY

## De vendedor de gelado despedido a multimilionário



**FORTUNA.** Foi despedido uma única vez na sua vida, mas aquilo que, em princípio, viria a ser a sua maior desgraça tornou-se, na verdade, no trampolim para definir os seus objectivos e tornar-se num dos empresários de maior sucesso do mundo.

Por Redacção

A imprensa especializada em matéria de gestão apelidou-o o 'Senhor Maravilha', justificando a distinção com o facto de Kevin O'Leary ter sucesso em quase todo o negócio em que se envolve.

O multimilionário canadiano, de 63 anos, é dono de várias empre-

sas e tem participações em outras tantas firmas. A sua carreira e nome afirmaram-se no mundo do empreendedorismo quando vendeu à gigante Mattel, em 1999, a sua empresa software juvenil por quase quatro mil milhões de dólares.

Kevin O'Leary conta que tudo começou quando foi despedido do seu primeiro emprego. Aliás, quando foi despedido pela primeira e única vez na vida. Em recentes declarações à CNBC, O'Leary explicou o que aconteceu quando foi contratado para a Magoo's Ice Cream Parlour, uma loja de gelados.

"Estava muito entusiasmado, era o meu primeiro trabalho", começou por dizer, acrescentando que uma das razões que o levaram a accei-

tar a proposta tinha que ver com o facto de a rapariga em que estava interessado trabalhar do outro lado da rua. Tudo corria bem, até ao dia em que a patroa de O'Leary o obrigou a limpar o chão antes de sair. E limpar o chão implicava remover as pastilhas que eram deixadas no chão ou coladas nas mesas e cadeiras do estabelecimento. Apavorado com a ideia que a rapariga pela qual estava apaixonado pudesse ter dele quando o visse curvado e a descolar pastilhas, o 'Senhor Maravilha' desafiou a chefia. "Fui contratado para servir gelados, não para limpar o chão", disse na altura. A patroa despediu-o na hora.

"Fui para casa e contei à minha mãe. Ela só me disse que tinha feito uma grande asneira, mas depois deu-me um conselho. Disse-me que havia duas pessoas no mundo: 'aquelas que mandam na loja e aquelas que limpam o chão da loja, tens de escolher qual delas queres ser.'"

"Foi aí que tomei a decisão de nunca mais obedecer a ninguém, que queria ser o chefe e não o empregado. E nunca mais trabalhei para ninguém. Foi nesse dia que a minha vida mudou", contou.

"Gostaria de voltar a encontrar a minha antiga patroa para lhe

# 4

Mil milhões USD, valor a que O'Leary vendeu a TLC à Mattel.

### MEMORIZE

- **Mantendo** sempre um perfil de investidor, o seu lado mais visível passou na televisão, após 2006, quando a ABC lançou o programa 'Shark Tank'.



agradecer por ter mudado a minha vida", disse. Do primeiro negócio à política, em 1983, aos 29 anos, Kevin O'Leary fundou, na cave da sua casa, em Toronto, a empresa de software juvenil Softkey.

Já nesta altura, o empresário denotava um perfil de investidor de risco, o que o fez adquirir participações em diversas outras empresas de software. Entretanto, esta sua primeira empresa viria a receber o nome da The Learning Company (TLC), que ele próprio comprou e, no final dos anos 1990, vendeu-a à Mattel por quase quatro mil milhões de dólares.

Depois de muitos anos a investir no mercado de capital de risco, O'Leary criou um fundo que, segundo a imprensa especializada, chegou a gerar mais de mil milhões de dólares. Entretanto, acabou por passar o fundo para outro empresário.

Mantendo sempre um perfil de investidor, o seu lado mais visível passou na televisão, após 2006, quando a ABC lançou o programa 'Shark Tank'. Já este ano, empenhado na política, Kevin O'Leary acabou por desistir da corrida à liderança do Partido Conservador canadiano.

# Uma oportunidade para a OMC



HECTOR R. TORRES

A Organização Mundial do Comércio tem vindo a 'varrer' os problemas – de regras defeituosas na concessão de “tratamento especial e diferenciado aos membros” para uma compreensão inexecutável de consenso – para debaixo do tapete. Pode tornar-se cada vez mais irrelevante se não agir em breve, no sentido de reformar e actualizar o seu funcionamento.

**E**m Dezembro, os ministros do comércio de todo o mundo convergiram em Buenos Aires para a 11.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com os Estados Unidos, que historicamente têm liderado o mundo para a liberalização do comércio, agora incitador de tensões comerciais, a dita reunião promete ser diferente de todas as outras.

Os encontros ministeriais da OMC nunca são fáceis. Geralmente, é alcançado algum tipo de acordo, mas apenas no último minuto, e com uma linguagem muitas vezes vaga. Desta vez, no entanto, o resultado pode ser ainda mais decepcionante, com delegados incapazes de chegar até mesmo a um acordo simbólico que podem sempre promover com uma campanha agressiva de marketing.

As tensões actuais sobre o livre comércio, enraizadas na distribuição desigual dos seus benefícios, não podem ser resolvidas dentro da OMC, e muito menos por uma reunião ministerial. Mas tal não significa que a próxima conferência seja em vão. Pelo contrário, deve servir como uma oportunidade crítica para iniciar a actualização e recalibração de que a OMC necessita para continuar a ser uma plataforma efectiva para a cooperação e a criação de consenso em relação ao comércio internacional.

Um dos problemas-chave que deve

ser abordado, refere-se ao “tratamento especial e diferenciado” (S&D). Cerca de dois terços dos 164 membros da OMC declararam ser países em vias de desenvolvimento - um rótulo que lhes permite acesso a disposições em matéria de S&D, incluindo a autoridade para manter as tarifas comerciais por longos períodos de tempo.

Dado que a OMC carece de referências ou indicadores para determinar quando um país deve deixar de ser S&D, não será surpresa que nenhum país em vias de desenvolvimento “tenha desenvolvido”. Certamente, que desde que o S&D foi introduzido, pela primeira vez, em 1979, muitos países em desenvolvimento tornaram-se mais ricos. Ainda assim, não dão mostras de estarem prontos para renunciar aos benefícios de S&D, mesmo para as indústrias onde se tornaram competitivos internacionalmente.

É difícil argumentar que todos os países em vias de desenvolvimento devam gozar indefinidamente do privilégio de se excluírem das obrigações gerais da OMC para todos os sectores das suas economias. E com tantos dos seus parceiros da OMC a reivindicar o estatuto preferencial, os países membros mais desenvolvidos resistem geralmente às concessões comerciais dentro da organização, preferindo realizar negociações noutros fóruns.

A dinâmica na OMC contrasta fortemente com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial. Na OMC, os países mais desen-

volvidos gostariam de ver os grandes mercados emergentes assumirem mais obrigações, enquanto os países em desenvolvimento resistem. Nas instituições de Bretton Woods, os países desenvolvidos impedem as economias emergentes de terem maior influência.

Todavia, estas duas dinâmicas têm algo em comum: a intransigência, mesmo que provenha de lugares diferentes, reflecte uma negação da realidade. Nas instituições de Bretton Woods, as economias emergentes têm razão no sentido em que o seu maior peso económico deveria correlacionar-se com maiores contribuições de capital e mais peso na tomada de decisões. Dentro da OMC, o S&D necessita de ser actualizado de modo a garantir que beneficiará apenas os países que realmente necessitam. Os ministros da conferência em Buenos Aires devem estar preparados para ter uma discussão sincera sobre o S&D.

Um segundo tópico que a OMC necessita de abordar, relaciona-se com a construção de consenso. De acordo com as regras actuais da OMC, a maioria das decisões pode ser adoptada por maioria de votos. Mas a prática de longa data tem sido a de adoptar todas as decisões por consenso.

Tal é acertado e não deveria ser alterado. Embora a construção de consenso possa ser lenta e pesada, é a única forma de gerar a legitimidade de que as decisões da OMC necessitam. Afinal de contas, um voto de maioria simples não explicaria as diferenças de tamanho dos mercados. E a votação ponderada prejudicaria a capacidade da OMC para resolver disputas mediante a adjudicação de direitos e de obrigações entre membros de diferentes dimensões e peso político.

O problema reside no facto de que o consenso é interpretado como um poder de veto ilimitado, que permite a um membro bloquear qualquer discussão sobre assuntos de interesse para outros. Uma abordagem baseada no consenso só pode funcionar se implicar uma obrigação de todos os membros trabalharem em prol de interesses compartilhados, e objectarem formalmente apenas nas decisões contrárias

a algum interesse fundamental.

O acordo de Paris sobre as alterações climáticas só foi possível graças a um método simples denominado “Indaba”, originário dos povos Zulu e Xhosa da África do Sul. Os negociadores tiveram o direito de recusar o consentimento, mas apenas no caso de apresentarem propostas alternativas, visando encontrar um terreno comum. Se Indaba resultou em Paris, também poderia resultar na OMC. Em Buenos Aires, os ministros devem discutir como assegurar que os membros da OMC exerçam de forma responsável o seu direito de bloquear as decisões.

A questão final que os ministros deveriam estar preparados para discutir em Buenos Aires é a necessidade de garantir que a OMC se adapte, de forma efectiva, a um ambiente internacional em mudança. Os problemas na OMC com o S&D e a tomada de decisão por consenso não são novos, mas como têm sido ignorados durante tanto tempo, permitiram o seu agravamento. Tal não teria sucedido se a reforma gradual fosse parte integrante das actividades regulares da OMC.

Tanto o FMI como o Banco Mundial possuem entidades fiscalizadoras de políticas que examinam e avaliam regularmente o seu funcionamento. Estes implacáveis escrutinadores da verdade, que operam com orçamentos muito reduzidos, obrigam os líderes das suas instituições a terem discussões honestas sobre a eficácia organizacional e possíveis reformas. É precisamente de uma entidade independente deste tipo que a OMC necessita.

A OMC não pode continuar eternamente a varrer os seus problemas para debaixo do tapete. A questão é se vai realizar agora as reformas que necessita fazer ou esperar até que uma crise dispendiosa não permita outra saída.

*Hector R. Torres é membro sénior do Programa de Pesquisa de Direito Internacional do Centro para a Governação Internacional.*

*Tanto o FMI como o Banco Mundial possuem entidades fiscalizadoras de políticas que examinam e avaliam regularmente o seu funcionamento. Estes implacáveis escrutinadores da verdade, que operam com orçamentos muito reduzidos, obrigam os líderes das suas instituições a terem discussões honestas sobre a eficácia organizacional e possíveis reformas.*

# Internacional

COMPRA DE VIATURAS DE LUXO

## Governo moçambicano diz que compreende indignação popular

**POLÉMICA.** Aquisição de viaturas de luxo para dirigentes superiores do Estado originou onda de contestação contra o governo de Filipe Nyusi, face à conjuntura de crise que assola a economia daquele país. Autoridades explicam-se que se trata de compras de 2015 e antecipam a revisão da legislação sobre benesses para governantes.

O primeiro-ministro moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário, disse, na semana passada, que o governo compreende a indignação da sociedade em relação à aquisição de viaturas de luxo pelo Estado, anunciando a revisão da lei sobre as regalias dos dirigentes, segundo a agência de notícias portuguesa Lusa.

“Compreendemos a inquietação da sociedade em torno da aquisição de viaturas para o Estado”, afirmou Carlos Agostinho do Rosário, falando no encerramento da sessão de perguntas dos deputados da Assembleia da República (AR) ao Governo.

Reiterando as explicações que já tinham sido dadas na quarta-feira pelo Ministério da Economia e Finanças, o governante afirmou que 39 das 45 viaturas que estão no centro de um escândalo, despoletado esta semana, foram adquiridas em 2015, com base na previsão do Orçamento do Estado desse ano.

“De facto, em 2015, procedeu-se à aquisição de viaturas para o apetrechamento dos órgãos e instituições do Estado, cujo processo de regularização decorreu recentemente em cumprimento da recomendação do Tribunal Administrativo”, declarou Carlos Agostinho do Rosário.

Reconhecendo que a divulgação dos gastos com viaturas de luxo no Estado acontece num contexto económico difícil para o país, Rosário anunciou que está em curso a revisão da legislação sobre os direitos e regalias dos



Carlos Agostinho do Rosário, primeiro-ministro moçambicano

dirigentes superiores do Estado.

“O Governo está a implementar medidas de consolidação orçamental e é neste contexto que está em revisão a legislação referente aos direitos e regalias dos dirigentes superiores do estado a fim de adequá-la à actual realidade do país, caracterizada por uma conjuntura económica desafiante”, enfatizou o primeiro-ministro moçambicano.

A Lusa cita o Ministério da Economia e Finanças moçambicano como tendo dito, na quarta-feira, 1 de Novembro, que 39 das 45 viaturas de luxo destinadas a dirigentes do Estado e cuja compra indignou a opinião pública, depois de ter sido anunciada na terça-feira, foram adquiridas em 2015.

O Ministério da Economia e

### MEMORIZE

● **Em conferência de imprensa para reagir ao escândalo, o secretário-permanente do Ministério da Economia e Finanças de Moçambique, Domingos Lambo, afirmou que 39 das 45 viaturas, no valor de 89 milhões de meticais (1,2 milhões de euros) foram compradas em 2015.**

Finanças de Moçambique publicou anúncios de concursos de adjudicação da aquisição dos veículos, incluindo por ajuste directo, de 45 viaturas, incluindo Mercedes-Benz e Ranger, no jornal Notícias, diário de maior circulação no país,

atraindo uma onda de críticas severas devido à difícil situação em que o país se encontra.

No total, as 45 viaturas custaram aos cofres do Estado 118 milhões de meticais (1,6 milhões de euros), para um país sujeito a cortes orçamentais drásticos, devido à suspensão, em 2016, do apoio dos parceiros internacionais ao Orçamento do Estado.

Em conferência de imprensa para reagir ao escândalo, o secretário-permanente do Ministério da Economia e Finanças de Moçambique, Domingos Lambo, afirmou que 39 das 45 viaturas, no valor de 89 milhões de meticais (1,2 milhões de euros) foram compradas em 2015, com base na previsão do Orçamento do Estado aprovado nesse ano.

1,6

Milhões de euros, custo total das viaturas

45

Total de viaturas compradas pelo governo moçambicano e que estão na origem da indignação popular.

As restantes seis viaturas foram adquiridas entre 2016 e 2017 no valor de 29 milhões de meticais (cerca de 410 mil euros), acrescentou Domingos Lambo.

“Trata-se de regularizações de aquisições feitas no ano de 2015, bem antes da suspensão do apoio geral ao OE”, assinalou Domingos Lambo.

O MEF anunciou agora os resultados dos concursos de adjudicação de aquisição dos referidos veículos, porque foi obrigado pelo Tribunal Administrativo a corrigir erros detectados no processo.

“O que aconteceu é que, na Conta Geral de 2015, o Tribunal Administrativo recomendou que todos os processos de aquisição fossem regularizados”, explicou o secretário-permanente.



A **BOLSA** de Nova Iorque fechou com tendências opostas na passada quinta-feira, mantendo a prudência após a nomeação de Jerome Powell para chefiar o Federal Reserve (Fed, banco central americano).



O **PRINCIPAL** grupo ambientalista dos EUA, o Sierra Club, exigiu, a demissão do secretário de Energia, Rick Perry, por afirmar que um maior uso dos combustíveis fósseis serviria para reduzir o número de agressões sexuais em África, indica a Reuters.



Com a assinatura deste acordo, São Tomé e Príncipe arrecada mais receitas.

**SÃO TOMÉ E EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

## Assinado acordo sobre tráfego aéreo

**S**ão Tomé e Príncipe e os Emirados Árabes Unidos assinaram, no passado dia 3, em Acra, capital do Gana, um acordo sobre o tráfego aéreo, segundo a Lusa, citando o governo são-tomense.

“O acordo abre as portas às companhias aéreas dos dois países para a utilização dos respectivos espaços aéreos e suas infra-estruturas”, avançou Mateus Ferreira, assessor de imprensa do ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente de São Tomé e Príncipe.

Segundo o responsável, o acordo foi assinado pelo ministro

são-tomense das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Carlos Vila Nova, e o director-geral da aviação civil dos Emirados Árabes Unidos, Salifu Mohamed Suadi.

“Com a assinatura deste acordo, São Tomé e Príncipe arrecada mais receitas fruto dos vários voos que a companhia aérea Emirates efectua para a América do Sul e quase todos passam pelo espaço aéreo são-tomense”, garantiu Mateus Ferreira.

O referido acordo “regulariza o trânsito desses voos” no território são-tomense e permitirá que “as companhias aéreas dos dois países possam sobrevoar reciprocamente os respectivos espaços aéreos e utilizar as infra-estruturas de cada um dos países para as suas operações comerciais”.

**GABÃO**

## Shell vende activos petrolíferos

**A**

Royal Dutch Shell concluiu a alienação de todo o seu interesse petrolífero no Gabão para a empresa de portfólio do grupo

Carlyle Assala Energy Holdings por um valor agregado de 628 milhões de dólares. Em Março deste ano, afiliados da Shell assinaram um acordo para vender os interesses onshore no Gabão para a Assala Energy por 587 milhões de dólares.

Paralelamente ao encerramento da transacção, a Assala Energy deverá assumir uma dívida de 285 milhões de dólares. O CEO da Assala Energy, David Roux, promete “investir para garantir e aumentar os níveis de produção e ampliar os

ciclos de vida do campo”.

“Vamos realizar operações responsáveis através de melhores práticas de segurança, ambientais, sociais e parcerias de partes interessadas transparentes. Estamos comprometidos com o crescimento sustentável a longo prazo e criando valor”.

Além disso, a Shell receberá pagamentos adicionais de até 50 milhões de dólares vinculados ao desempenho da produção e aos preços das commodities.

A venda compreende todas as operações onshore de petróleo e gás da empresa e infra-estrutura associada no Gabão, incluindo cinco campos operados e a participação em quatro campos não operados. No ano passado, as operações onshore da empresa no Gabão produziram cerca de 41 mil barris de óleo por dia.



A venda compreende todas as operações onshore de petróleo e gás da empresa.



**COOPERAÇÃO**

## Portugal e Moçambique assinam acordo

Portugal e Moçambique assinam, no início desta semana, um novo programa estratégico de cooperação, que será orientada para a “agenda do desenvolvimento sustentável”, definida pelas Nações Unidas, anunciou no passado dia 3, a secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros portuguesa, segundo a imprensa Lusa.

O novo programa “segue as orientações que têm vindo a ser adoptadas nos últimos dois anos, alinhadas pela agenda do desenvolvimento sustentável, a agenda 2030 (estabelecida pela ONU)”, segundo Teresa Ribeiro.

O acordo, com uma vigência de cinco anos, inclui as áreas tradicionais da cooperação portuguesa, como a capacitação institucional, educação, formação ou saúde.

“Em todas essas áreas, estaremos presentes, como sempre”, referiu a secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, que falava à margem da posse do presidente do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua.

Segundo a governante, o programa vai ter “uma preocupação de ter estratégias de saída”, prevendo que os projectos não se possam “eternizar, mas devem ter objectivos bem definidos para poderem passar a uma fase diferente e para poderem ser avaliados e medidos os seus efeitos”.

**NIGÉRIA**

## Diamond Bank interrompe internacionalização

**O**

banco nigeriano Diamond Banco está a abandonar os vários mercados da África Ocidental em que está

presente para concentrar os esforços internamente e implantar os recur-

sos no negócio de serviços bancários pessoais na maior economia de África, segundo o comunicado da instituição, divulgado pela imprensa, no passado dia 3 de Novembro.

“Depois de 18 anos de construção a criar representações do Diamond Bank em outros mercados da África Ocidental, chegou o momento de aplicar nossos recursos à Nigé-

ria”, lê-se no documento assinado pelo presidente-executivo da entidade, Uzoma Dozie, em comunicado.

O gestor acrescentou que a instituição vai aplicar os recursos resultantes da venda da participação em alguns dos mercados que abandonará para desenvolver um negócio de banca de retalho lucrativo e orientado para a tecnologia.



# Ambiente



Veículos a gasóleo apontados como responsáveis por milhares de mortes prematuras pelo mundo.

ESPECIALISTAS ACREDITAM QUE SEJAM PRECISAS MEDIDAS ADICIONAIS

## Fim do diesel poderá “melhorar qualidade do ar”

**POLUIÇÃO.** Em Setembro, um estudo identificava que o excesso de emissões do cancerígeno óxido de nitrogénio dos motores a gasóleo era responsável por 10 mil mortes prematuras por ano na União Europeia, Noruega e Suíça.

O fim de carros a gasóleo trará benefícios para a saúde das cidades, mas só haverá ganhos em termos de alterações climáticas se o mundo se virar para as energias renováveis de vez.

Em declarações à Lusa, o investigador Filipe Duarte Santos, da Universidade de Lisboa, disse que o fim do diesel trará melhorias na qualidade do ar, mas só haverá efeito se “diminuir a tendência para a utilização de combustíveis fósseis”.

O ‘carbono negro’, ou a fuligem provocada pela combustão de

diesel, também contribui para o aquecimento global, quando, por força dos ventos, vai parar aos picos gélidos “dos Himalaias ou dos Alpes, por hipótese”, escurecendo-os e fazendo aumentar a radiação e a temperatura.

Especialistas acreditam que passar do diesel para as energias limpas, como os carros eléctricos, vai diminuir a presença no ar de “partículas sólidas que se acumulam nos pulmões”, mas o impacto do fim do diesel a nível global “vai depender da velocidade a que se muda da produção de energia a partir de fontes fósseis para fontes renováveis”.

E explicam que a combustão do diesel liberta “partículas

### MEMORIZE

● Com 100 milhões de carros a gasóleo em circulação só na Europa, a proporção é o dobro do resto do mundo, concluíram os investigadores, que recordam que 80% das fontes de energia primária vêm do carvão, petróleo e gás natural”, a mais poluente das quais é o carvão.



# 80

Por cento das fontes de energia primária vêm do carvão, petróleo e gás natural.

finíssimas” para a atmosfera e que, quando estas se depositam em zonas de glaciares, ficam a absorver radiação e a gerar calor que os derrete.

Em Setembro deste ano, investigadores noruegueses, austríacos e suíços publicaram um estudo em que identificavam o excesso

de emissões do cancerígeno óxido de nitrogénio dos motores de veículos a gasóleo como responsável por 10 mil mortes prematuras por ano na União Europeia, Noruega e Suíça.

Metade dessas mortes, de doenças respiratórias e cardiovasculares, decorria do desrespeito das marcas pelos limites do óxido de nitrogénio permitidos.

Com 100 milhões de carros a gasóleo em circulação só na Europa, a proporção é o dobro do resto do mundo, concluíram os investigadores, que recordam que 80% das fontes de energia primária vêm do carvão, petróleo e gás natural”, a mais poluente das quais é o carvão.

# Educação & Tecnologia

PROJECTO CONTA COM FINANCIAMENTO DA GOOGLE, ALPHABET E DA ZYNGA

## Inventor cria mota super-equilibrada

**INOVAÇÃO.** Ciclomotor C1 nunca se desequilibra, nem mesmo a empurrões. Inventores garantem que é um veículo ágil, divertido e ideal para o trânsito e “uma maravilha da tecnologia”.

**E**m 2010, e sem que ninguém o conseguisse prever, Daniel Kim fundou a Lit Motors, em São Francisco, Estados Unidos. O objectivo da nova empresa era criar um veículo de duas rodas suportado por sofisticadas tecnologias, destinadas a torná-lo mais seguro e fácil de utilizar, mesmo por condutores que não tenham o necessário equilíbrio.

Denominada AEV (auto-balancing electric vehicle), mas conhecida apenas por C1, a mota criada por Kim é eléctrica, como a sua designação indica, mas está equipada com dois giroscópios, que garantem que não cai e se tenta equilibrar, mesmo que a empurrem, ou durante um embate.

Com a capacidade de transportar duas pessoas, condutor e passageiro, a C1 possui dois motores eléctricos, um por roda, não só para serem mais pequenos, como para ultrapassar perdas de tracção e poder contribuir para equilibrar a mota em determinadas situações. O veículo da Lit Motors é alimentado por uma bateria de 13 kWh (que carrega em quatro a seis horas, consoante a potência da rede a que está ligada) e assegura uma velocidade máxima de 160 km/h e uma autonomia de 270 km, a uma velocidade média de 90 km/h.

Daniel Kim afirma ter mais de 1.000 encomendas para a C1, mas a verdade é que, apesar de ter como financiadores indivíduos como Larry Page, fundador da Google e CEO da Alphabet, e Mark Pincus, fundador e CEO da Zynga (criador de jogos online e para telemóvel, como FarmVille), o projecto ainda está em fase de



Esta mota dispõe de todos os sistemas de segurança, dos cintos aos 'airbags'.

desenvolvimento e aperfeiçoamento dos protótipos, antes de passar à produção em série. Quando tal acontecer, Kim espera que, inicialmente, o preço ronde os 24 mil dólares, com o valor a cair rapidamente, à medida que a produção aumente, para cerca de metade. E, caso seja produzida na China ou na Índia, onde os veículos de duas rodas são mais populares, o

menor custo de mão-de-obra (e uma maior produção) pode baixar o preço para apenas 5.000 dólares, nesses mercados.

Mas Kim e a Lit Motors podem ter de se preparar, em breve, para uma surpresa desagradável.

De acordo com o Observador, os chineses, que copiam tudo e mais alguma coisa, com um desdencamento total, apresentaram

no último Salão Automóvel de Pequim um veículo similar, ou seja eléctrico, com duas rodas e dois giroscópios para se equilibrar. E, num acesso de criatividade, a startup chinesa registou como nome da companhia 'Lit' (de Lingyun Intelligent Technology). Curiosamente, o nome da empresa originalmente criadora do conceito.

# 24

Mil dólares é quanto poderá custar o veículo inicialmente.

# 5

Mil dólares é o valor para o qual pode baixar caso a mota seja produzida na China ou na Índia, dizem especialistas.

### MEMORIZE

- Os chineses apresentaram um veículo similar, com duas rodas e dois giroscópios para se equilibrar. E a 'startup' chinesa registou como nome da companhia 'Lit' (de Lingyun Intelligent Technology). Curiosamente, o nome da empresa originalmente criadora do conceito.



# Marcas & Estilos

## Opulências barrocas

“É preciso muita coragem para mostrar os seus sonhos a alguém.” Esta é a frase que Erma Bombeck defende para quem queira experimentar o estilo feminino dos óculos de sol, embelezados com ouro e decorado com flores e folhas de opulência barroca. As almofadas do nariz podem ser ajustadas para rostos de vários formatos.



## Idiosincrasias

O escovado azul flanela é simples, mas muito interessante extremamente procurado. Tem uma textura única, macia e espessa, mais adequado ao Outono e Inverno. Cada camisa é única, com estilos idiosincráticos.



## Terceira geração

Com mangas compridas, o casaco de pele de carneiro destaca-se pela sua gola com botão de pressão no colarinho. Para não falar do fecho e dos bolsos de costura na parte de frente. O revestimento é completamente feito de prata.



## Decantando histórias

Decantadores são como conteúdo de flocos de neve, cada estilo é diferente. Definir um rumo para bons momentos só com este sempre e impressionante Decanter Bottle. Foi inspirado no Tomoka, um navio dos anos 1920 que importava rum de modo ilegal.



## Discrições saudáveis

Nima é o primeiro sensor de glúten de tamanho de bolso do mundo. O melhor de tudo, por é que pode reservar e ter um frete grátis. Este dispositivo é o mais rápido do mercado, permitindo que saiba se há 20 partes por milhão ou mais de glúten na sua comida em apenas três minutos.



## Encomendas clássicas

Artesanal em prata oxidada, o crânio é definido com dois belos olhos de diamante, dando um nível de sofisticação para a pulseira de design clássico. Esta tomada de luxo caracteriza um colar de contas de ónix preto num acabamento fosco e prata e fecho de cobra, desenhado por um artesão de Nova Iorque, saído apenas por encomenda.



## RESTAURANTE

### Kitanda: um almoço à Esquina

Os melhores sabores podem ser encontrados bem perto de si. Sabe onde? Na Kitanda da Esquina, bem no centro da cidade de Luanda. Aqui, para além dos tradicionais quitutes, o seu apetite pode ser satisfeito com o melhor da gastronomia mediterrânea e europeia. Quem já lá esteve passa o testemunho de quão agradáveis são as iguarias e garantem que, de facto, vale, por exemplo, pela criatividade das entradas, e pelo prego de atum. Com os preços variados, é o local ideal para um jantar de amigos devido à atenção e à rapidez no atendimento. As sobremesas merecem uma referência excepcional.



## AUTOMÓVEL

### Ford Ranger: pronta para tudo

A Ford Ranger tem a reputação de ser uma 'pick-up' que está pronta para qualquer lugar e actividade. A nova Ranger vem reforçar essa reputação com uma série de actualizações a nível do design, capacidade e tecnologia. Funcionalidade e desempenho extraordinários, assim como economia de combustível, um leque de tecnologias notáveis e estilo inovador. Com uma capacidade de carga até 1.403 kg, reboque até 3.500 kg e atravessar água até 800 mm de profundidade, a nova Ranger está pronta

para tudo. É um veículo em que pode confiar nos ambientes mais extremos e para os trabalhos mais difíceis, e que irá proporcionar-lhe uma experiência de condução excepcional, em todas as circunstâncias. Tecnologia de controlo por voz e toque com o Ford SYNC2 com um novo ecrã a cores de oito polegadas. Controlo de velocidade de cruzeiro adaptável com alerta dianteiro, sistema de mudança de faixa e reconhecimento de sinais de tráfego e alerta do condutor.



## AGENDA

### LUANDA

#### ATÉ 20 DE NOVEMBRO

Exposição de António Ole '50 Anos Vivendo, Criando', Centro Cultural Camões a partir das 18 horas.

#### ATÉ 30 DE NOVEMBRO

'Kaluandando.com', de Álvaro Macieira, Horácio Mesquita, Olga Medeiro, Ondjaki, Paulo Amaral, Paulo Kussy, Raúl Rosário, Sanguito, José Pinto, Thó Simões, no Camões, a partir das 18 horas.

#### 10 DE NOVEMBRO

1.ª Edição do festival da Nocal 'Summer Land', na Baía de Luanda, com DJ francês Bob Sinclair e o brasileiro Jesus Luz, a partir das 18 horas.

#### 10 DE NOVEMBRO

Yola Semedo apresenta 'O Meu Concerto', na Esplanada Grill, na Ilha do Cabo, com Carlos Burity e Puto Português, às 19h30. 23 mil kz Bar aberto e bufett.

#### DE 10 A 12 DE NOVEMBRO

A Trienal de Luanda apresenta o festival 'Mumba' (música ancestral bantu) no Palácio de Ferro, a partir das 17 horas.

“ Já cantei em parlamento, em casas de deputados, na presidência, em discotecas e muitos outros sítios. A música gospel tem mais poder do que outra qualquer. Toca na festa, cemitério, discoteca, casamento, rua, já os outros estilos não! ”

GUY DESTINO, MÚSICO GOSPEL

# “Quando não há concorrência, relaxamos”

**MÚSICA.** Confessa que vive apenas do seu trabalho ligado à música. E prepara, para Dezembro, o lançamento do oitavo álbum e o concerto das mil vozes do gospel.

## PERFIL

**Nome:** Destino Deves  
**Idade:** 43 anos  
**Naturalidade:** Zaire  
**Estado civil:** Casado, dois filhos  
**Defeito:** perfeccionista  
**Artista:** Dodó Miranda e Dom Mccartneya  
**País que deseja conhecer:** China e Estados Unidos  
**Equipa de futebol:** Petro de Luanda e Real Madrid  
**Bebida:** Água

Por Amélia Santos

## Com o novo álbum e o concerto, terá um Dezembro recheado?

Sim. Vou lançar o oitavo álbum, um duplo CD e DVD, intitulado ‘Tua Presença’, a 2 de Dezembro, na Praça da Independência. E o grande concerto das mil vozes a 10 de Dezembro, na Arena do Kilamba, em Luanda. São louvores com uma vertente pedagógica. Todas as que cantarem neste evento têm uma formação, por meio de um curso, porque tenho uma sonoridade a defender.

## Qual é o objectivo do curso?

Além da formação artística, pretendo angariar fundos para o grande concerto nacional de gospel ‘Guy Destino e mil vozes masculinas’. Está a ser dirigido para todos os amantes da música científica. Vou leccionar técnicas de canto, harmonia e técnicas de regência. O desejo é fazer o curso intensivo de música em todo o país. O concerto vai dar ênfase aos

novos talentos. As inscrições ainda estão abertas para todos os artistas, para o concerto.

## É a sua área de formação?

Sim! O director musical é uma pessoa muito completa. Deve entender de harmonia e ter técnica de canto. Quem gosta de aprender, mesmo que não seja director técnico, pode vir a estes cursos aprender.

## Qual é a duração dos cursos?

O meu desejo é que cada curso tenha duração de 20/25 horas. Durante o dia, podemos ter cinco a sete horas de formação, com módulos iniciais a custarem entre 10 mil e 15 mil kwanzas.

## Já sabe quanto vai vender o CD?

Estou a pensar, porque não fazemos esse trabalho para ganhar. Porque, se fosse para dar o preço real, passaria dos quatro mil kwanzas, tendo em conta a desvalorização do kwanza e o valor investido. Temos lucros quando Deus nos abençoa.

## Como vê o gospel?

Está a vir com muita carga. Os mais novos estão a vir teologicamente preparados e também na arte musical estão bem. E isso é bom, porque, quando não há concorrência, relaxamos. Uma coisa que mantém a nossa carreira viva é fazer sempre bem o nosso trabalho e com consistência.

## Receia ‘bater na rocha’?

Devo continuar, haja o que houver, aconteça o que acontecer, não me vou prostituir em fazer uma coisa que não é minha, porque estou a ‘bater numa rocha’. Aliás, isso de ‘bater na rocha’ tem muito que se lhe diga. É algo que se deve encarar mais como desafio. Cada um tem uma unção diferente, mas todos com o mesmo denominador comum.

## A música gospel tem sido usada em óbitos. Incomoda-o?

Já cantei em parlamento, em casas de deputados, na presidência, em discotecas e muitos outros sítios. A música gospel tem mais poder do que outra qualquer. Toca na festa, cemitério, discoteca, casamento, rua, já os outros estilos não!

## Como avalia os sete álbuns já lançados?

Gosto muito da ‘Intimidade com Deus’, porque neste apliquei o meu lado científico, tive mensagens mais maduras. As pessoas gostam mais dos anteriores ‘Kumbaya vol. II’. No ‘Tua Presença’, preparei-me em termos teológicos e a mensagem foi muito mais forte e com mais inspiração. Já mostrei



Guy Destino, músico, compositor, produtor e director artístico e coral

ao mundo as minhas capacidades, não importa se vai tocar em óbitos, o importante é que vou deixar um legado.

## Vê imediatismo no gospel?

Acredito que aconteça, mas a minha experiência diz que quem vem ao gospel para ganhar dinheiro tem os dias contados. A Bíblia aconselha-nos a buscar o reino de Deus e a sua justiça, o resto é-nos acrescentado. Mas, quando vamos para ganhar dinheiro, somos muito facilmente confundidos.

## A relação entre os cantores de gospel anda bem?

Lido bem com todos os colegas. Sei que não é fácil a decisão de ir a determinados sítios, mas, se o objectivo principal, por exemplo, nos concertos das multidões, é ganhar almas para Deus, então é isso que Deus quer para nós. Se o nosso objectivo é simplesmente enriquecer os nossos bolsos, sejamos nós quem formos, seremos

confundidos. Isso quem diz é a bíblia, não sou eu. Todos temos uma meta e é nisso que nos devemos focar.

## Gospel é cantar sobre Deus?

Não é só o cantor gospel que faz gospel. Gospel é evangelho. A bíblia diz que Deus usa quem Ele quer e quando Ele quer. Tudo o que vem para salvar a alma é considerado evangelho. Não sou contra as pessoas que põem gospel dentro do CD normal.

## Vive da música?

Sim! Não só música cantada, mas também sou director coral, produtor musical, professor, cantor e intérprete. Mas a parte que mais tenho gostado e que dá também algum dinheiro é a parte de produção musical, como director musical e coral.

## Se lhe tirassem a música?

Morreria (risos)! Estou a terminar a segunda licenciatura em teologia, mas, sem música, meu mundo fica vazio.

NÚMEROS DA SEMANA

25

Milhões de euros é o valor que o Ministério da Defesa vai gastar com a empresa cubana Antex, na prestação de serviços, segundo autorização presidencial.

2.250

Foi a redução na produção que uma fábrica de colchões, localizada no Uíge, registou, de 2015 até este ano, por causa da falta de divisas para importar matéria-prima.

196

Milhões de dólares é o valor avaliado das exportações angolanas de produtos como a madeira, marisco, bebidas, cimento e rochas ornamentais aos países vizinhos, revela um estudo financiado pela União Europeia.

519

É o número de contas Bankitas que foram abertas pelos clientes de menor poder financeiro de 2011 ao primeiro semestre de 2017.

“EM PRIVADO”

‘Patrões’ do petróleo reuniram-se



O ministro dos Recursos Minerais e Petróleo, Diamantino Azevedo, manteve uma reunião com a presidente do conselho da administração da Sonangol, Isabel dos Santos, na passada sexta-feira, 3, no edifício do extinto Ministério dos Petróleos.

Segundo apurou o VE, o encontro foi considerado de carácter privado, pelo que foi realizado fora dos radares da imprensa. Aliás, enquanto fontes do Ministério

dos Recursos Minerais e Petróleo confirmaram a reunião, o assessor de comunicação e imagem da Sonangol, Paulo Catarro, afirmou não ter conhecimento do ‘encontro secreto’ entre Isabel dos Santos e Diamantino Azevedo.

“Tanto Isabel dos Santos, como o ministro Diamantino não querem que a imprensa saiba da reunião. Dizem que é um encontro privado”, contaram fontes ligadas ao Ministério dos Recursos Mine-

rais e Petróleo, que não avançaram os temas abordados pelos ‘patrões’ do petróleo angolano.

A reunião, que terá sido a pedido da PCA da Sonangol, ocorre duas semanas antes do término do prazo dado pelo Presidente da República, João Lourenço, ao grupo de trabalho, criado para apresentar sugestões para melhorar o sector de petróleo e gás. O encontro é também o primeira entre a responsável número um da petrolífera pública e o recém-nomeado ministro de tutela.

Entretanto, Isabel dos Santos não participou na reunião de 6 de Outubro, convocada pelo Chefe de Estado. No encontro, João Lourenço tratou de questões do sector de petróleo e gás, com representantes dos ‘gigantes’ do petróleo, que operam em Angola, tendo, de seguida, criado o grupo de trabalho, que deve apresentar as sugestões de reestruturação do sector até meados do próximo mês.

António Miguel



FUEL OIL

Sonangol desmente cortes

A Sonangol desmentiu, em comunicado, a suspensão do abastecimento de Fuel Oil à Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul (FCKS), esclarecendo que “não houve nenhuma decisão no sentido de se parar o fornecimento de Fuel Oil à FCKS, à CIF ou a qualquer outra fábrica de cimento a operar em Angola”.

A petrolífera esclarece que a empresa em causa não dispõe de infra-estruturas próprias de armazenamento para fazer a logística de distribuição do Fuel Oil, situação que põe em risco a chegada do combustível à zona da fábrica e compromete todo o processo produtivo do clínquer.

A petrolífera refere que a FCKS foi integralmente financiada pela Sonangol em 750 milhões de dólares, valores que, até ao momento, não foram pagos, além dos juros.

Na quinta-feira, cerca de 900 trabalhadores da FCKS foram dispensados, face à paralisação dos trabalhos, por falta de fornecimento de combustível.

NOVA ADMINISTRAÇÃO DA ENDIAMA

PR critica “clientes preferenciais”

O Presidente da República, João Lourenço, criticou a política de “clientes preferenciais” desenvolvida pela antiga administração da Endiama. “Convido-os a reanalisarem com frieza e a apresentarem-me proximamente uma proposta sobre a melhor forma como tratar deste assunto, que eu sei ser uma questão delicada”, afirmou.

“É nosso dever trabalharmos no interesse da economia nacional, para que, além do petróleo, os diamantes e outras riquezas

do nosso país possam também contribuir para o crescimento do produto interno bruto, para termos um Orçamento Geral do Estado que seja o maior possível”, acrescentou João Lourenço, sexta-feira, 3, aquando do empossamento da nova administração da Endiama.

O Chefe de Estado empossou, entre outros organismos, o novo conselho de administração da Endiama, que passa a ser presidido por José Manuel Ganga

Júnior, em substituição de Carlos Sumbula, que estava nas funções desde 2009.

Além de Ganga Júnior, foram nomeados, por decreto presidencial, Laureano Receado Paulo, Ana Maria Feijó Bartolomeu, Osvaldo Jorge Campos Van-Dúnem e Joaquim Filipe Luís, para os cargos de administradores executivos da Endiama. Para o cargo de administrador não-executivo foi nomeado Santana André Pitra.

O VALOR ESTA SEMANA

PARA A DEFESA E AS FAA PR autoriza crédito

O Presidente João Lourenço autorizou, em decretos, mais de 18 mil milhões de kwanzas, equivalente a mais de 100 milhões de dólares, para atender necessidades do Ministério da Defesa Nacional e Estado Maior General das FAA. Trata-se de verbas para custear despesas de prestação de serviços, logística e alimentação das tropas. Pág. 12



81 MIL MILHÕES KZ ENDE reclama dívida milionária

A dívida global dos clientes para com a Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE) está avaliada em mais de 81 mil milhões de kwanzas. Luanda, com maior número de clientes, absorve 50% do valor devido maioritariamente por empresas públicas. Em Agosto último, a dívida já ascendeu a 79 mil milhões de kwanzas. Pág. 18

COM BANCO CHINÊS SBA estreita parceria

Várias empresas chinesas e altos responsáveis do Standard Bank discutiram a possibilidade de introdução de novos serviços que ajudem nas operações dos grupos chineses no país, com vista a facilitar os fluxos financeiros da China para Angola e vice-versa, disse ao VALOR fonte do ‘China Desk’ Pág. 15